



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

1. Contexto operacional

A MRS Logística S.A. ("MRS" ou a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com prazo de duração indeterminado, constituída em 30 de agosto de 1996, com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996.

A Companhia poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços de transporte ferroviário, objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos, a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis, em caso de interesse manifesto de ambas as partes, até o limite máximo de 30 anos por decisão exclusiva do Poder Concedente, a Companhia arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga.

Em abril de 2017 a MRS protocolou, junto ao Poder Concedente, o Plano de Negócios para iniciar as negociações referentes a renovação antecipada da concessão, e, desde então, as negociações vem sendo conduzidas junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres.

O contrato de concessão estabelece metas a serem cumpridas pela Companhia, relacionadas com o aumento da produção no transporte de cargas e com a redução do número de acidentes nas linhas férreas. Caso essas metas não sejam alcançadas, a União Federal poderá determinar, por decreto federal, a intervenção na Companhia, pelo prazo máximo de 180 dias, ao final do qual a concessão poderá ser extinta ou devolvida à Companhia. A concessão poderá ser extinta dentro das seguintes hipóteses legais: (i) término do prazo contratual; (ii) encampação; (iii) caducidade; (iv) rescisão; (v) anulação da licitação; (vi) falência ou extinção da Companhia. Em qualquer hipótese de extinção da concessão, a Companhia será indenizada pela União Federal pelo saldo não depreciado dos investimentos realizados e declarados reversíveis pelo Poder Concedente. Em 31 de dezembro de 2018, a MRS estava em dia com as obrigações contratuais e devidamente adimplente perante a ANTT.

A Administração da Companhia informa que parte relevante do capital circulante líquido negativo apresentado em 31 de dezembro de 2018 refere-se a vencimentos de dívidas estruturadas, sendo a maior parte dos vencimentos concentrados nos próximos seis meses. Entende, ainda, que este cenário será administrado ao longo do ano em função da forte geração de caixa oriunda de suas atividades operacionais, bem como mediante novas captações de recursos de longo prazo, via instituições financeiras ou mercado de capitais local, já previstas pela Companhia.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas em definitivo pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de março de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações contábeis anuais em que a Companhia aplicou o CPC 48/IFRS9 – Instrumentos financeiros e CPC 47 /IFRS15 – Receita de contrato com clientes. As mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 3.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, e (ii) perda pela redução do valor recuperável de ativos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do período são reconhecidos no resultado como despesa ou receita financeira.

2.4 Apresentação de informações por segmentos

Em função da Companhia prestar unicamente serviços de transporte ferroviário de cargas, para fins contábeis e gerenciais, a mesma está organizada em uma única unidade de negócio. As operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma integrada.

3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A Companhia adotou o CPC 47/ IFRS 15 – Receita de contrato com clientes e o CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018. Todas as novas normas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 47/ IFRS 15 – Receita de Contrato com Clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 – Receitas e o CPC 17/IAS 11 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços.

A Administração analisou sua operação com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma e não identificou impactos significativos em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A Companhia reconhecerá um contrato quando: (i) as partes tiverem aprovados tal contrato ou acordo; (ii) for possível identificar os direitos de cada parte e os termos de pagamento em relação aos serviços prestados; e (iv) for provável o recebimento da contraprestação a que se tem direito.

Após avaliação de seus contratos, a Companhia identificou como objeto dos mesmos apenas o serviço de transporte ferroviário de carga, sendo a obrigação de desempenho, o serviço de transporte das mercadorias de seus clientes desde o ponto de carregamento até o ponto de descarregamento.

O preço da transação ficou definido como o valor da contraprestação que a Companhia espera receber pelo serviço de transporte de carga. O cálculo é feito de forma confiável com base nas tarifas previamente acordadas entre as partes.

Uma vez que os contratos apresentam apenas uma obrigação de desempenho, não há segregação do preço da transação.

A obrigação de desempenho é satisfeita em um momento específico do tempo, quando as cargas transportadas são entregues aos clientes no ponto de descarregamento e nesse momento é efetuado o reconhecimento da receita. Não há obrigações de devoluções, restituições e de outras obrigações similares.

A nota 4.20 descreve a forma de reconhecimento das receitas da Companhia.

CPC 48/ IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48/ IFRS 9 substitui o IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9/CPC 48 trouxe foram: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Em decorrência dos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessa norma, as informações comparativas dessas demonstrações contábeis não foram reapresentadas para refletir os requerimentos da nova norma.

O efeito da aplicação inicial dessa norma é atribuído principalmente:

- (a) Aplicação de valor justo para os instrumentos financeiros;
- (b) Aumento nas perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas nos ativos financeiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 48 / IFRS 9 no saldo inicial:

	Impacto da adoção do CPC 48 / IFRS 9 no saldo de abertura
Caixa e equivalentes de caixa	652
Caixa restrito	401
Provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(112)

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; ou valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir demonstra as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 9
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	VJR	422.786	423.438
Caixa restrito	Empréstimos e recebíveis	VJR	63.880	64.281
Contas a receber e outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	82.757	82.757
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	397.902	397.902
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	Derivativos usados para <i>Hedge</i>	VJR/Operações usadas para <i>hedge</i>	75.518	75.518
Total			1.042.843	1.043.896
Passivos				
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	259.879	259.879
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	52.394	52.394
Empréstimos e financiamentos em R\$	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.005.136	1.005.136
Empréstimos e financiamentos em USD	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	533.014	533.014
Debêntures	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.209.449	1.209.449
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	Derivativos usados para <i>Hedge</i>	VJR/Operações usadas para <i>hedge</i>	9.454	9.454
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	Valor justo por meio do resultado	VJR/Operações usadas para <i>hedge</i>	677	677
Ajuste em <i>Hedge</i> de Valor Justo - Banco de Tokyo	Derivativos usados para <i>Hedge</i>	VJR/Operações usadas para <i>hedge</i>	(978)	(978)
Total			3.069.025	3.069.025

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39.

4. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão descritas nos itens a seguir e de acordo com políticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017, publicadas na Imprensa Oficial em 26 de março de 2018, salvo disposição em contrário.

4.1 Moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa, bem como outros ganhos e perdas cambiais, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera caixa e equivalentes de caixa os numerários em espécie, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de conversibilidade imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias, em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

4.3 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:



**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2018**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como ao valor justo por meio do resultado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros: Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido levando em consideração a forma em que o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à administração.

O objetivo do modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros a fim de receber os fluxos de caixa contratuais.

A Companhia realiza gerenciamento de riscos financeiros para limitar os impactos adversos causados por instrumentos financeiros em seu resultado e ao fluxo de caixa.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Ativos financeiros: Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor do fluxo de caixa contratual de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros: Mensuração subsequente e ganho e perdas:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. No entanto, para derivativos designados como instrumentos de <i>hedge</i> .
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A política aplicável encontra-se descrita na nota 2 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017, publicadas na Imprensa Oficial em 26 de março de 2018.

4.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.5 Impairment de ativos financeiros não derivativos

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia reconhece provisões para perda esperadas de crédito sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A provisão para perdas de crédito esperadas é feita para todos os recebíveis comerciais, conforme metodologia estabelecida, mesmo que não haja evidências objetivas de não recebimento.

A Companhia utiliza-se da abordagem simplificada para os recebíveis comerciais, expediente prático da matriz de provisão, para mensurar as perdas de crédito esperadas.

Os recebíveis comerciais são agrupados em quatro categorias, de acordo com o histórico de perda e natureza da cobrança. A expectativa de perda de crédito de cada categoria é feita como

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2018**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

segue.

- Aluguel pessoa física: todos os documentos faturados referentes ao contrato de locação de pessoa física serão provisionados como perda, em virtude do alto nível de inadimplência.
- Processo judicial: todos os documentos faturados para clientes que estão sendo cobrados judicialmente serão provisionados como perda, em virtude do grande nível de incerteza.
- Frete: a provisão de perda de créditos esperada será mensurada pelo percentual das perdas históricas dos dois últimos anos, aplicado sobre o saldo do contas a receber desse grupamento na data da análise.
- Outras receitas: a provisão de perda de créditos será calculada pelo percentual de perda histórica, baseado nas inadimplências dos dois últimos anos, sobre o saldo do contas a receber desse grupamento na data da análise.
- Partes Relacionadas: tendo em vista que, possuímos contratos de longo prazo, mecanismos de proteção e historicamente não ter havido perda financeira com as empresas envolvidas, não temos provisões de perdas constituídas para este grupo.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A política aplicável encontra-se descrita na nota 2 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017, publicadas na Imprensa Oficial em 26 de março de 2018.

4.6 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são mensurados ao valor justo no momento inicial e nas mensurações subsequentes. Após o reconhecimento inicial suas variações são registradas no resultado.

A Companhia contrata certos instrumentos como o de *hedge* para gerenciar exposições resultantes de riscos específicos que poderiam afetar o resultado, ou seja, a variabilidade dos fluxos de caixa associadas a transações no resultado.

Ao implementar o modelo de *hedge accounting* na Companhia, documentou-se o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia avalia e documenta se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge* mensalmente.

A Companhia designou determinados *swaps* que protegem uma dívida em dólar com juros fixos como instrumento de *hedge* de valor justo. O ganho ou a perda no instrumento de *hedge* é reconhecido no resultado financeiro, no mesmo momento é verificada a variação do valor justo do risco atribuível do objeto de *hedge* que é registrado no passivo com contrapartida no resultado financeiro.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A política aplicável encontra-se descrita na nota 2 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017, publicadas na Imprensa Oficial em 26 de março de 2018.

4.7 Contas a receber de clientes e partes relacionadas

As contas a receber de clientes e partes relacionadas correspondem, principalmente, aos valores a receber pela prestação de serviços de transporte de carga no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

4.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio ponderado, que não excede os valores líquidos de realização. Provisões para perdas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

4.9 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os gastos com desenvolvimento de ativos gerados internamente também são capitalizados e seus valores farão parte do custo do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto a concessão, foi estimada em 20% ao ano. A parcela referente ao adiantamento da concessão é apropriada ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão (360 meses).

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

4.10 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando for feita uma reforma ou benfeitoria, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Ao término da concessão, os bens de propriedade da concessionária e aqueles resultantes de investimentos por ela efetivados em bens arrendados, necessários à continuidade da prestação do serviço de transporte ferroviário e vinculados a concessão poderão, mediante declaração de reversibilidade e devida indenização dos investimentos realizados por parte do Poder Concedente, passar a integrar o patrimônio da União, conforme previsão expressa na cláusula décima sexta do Contrato de Concessão.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos ativos.

Os terrenos não são depreciados. As taxas anuais de depreciação e vida útil dos principais grupos de ativos são:

Grupos de ativos	%	Vida útil média (em anos)
Bens imóveis		
Benfeitorias em via permanente	10,00	10
Benfeitorias em imóveis arrendados	4,00	25
Obras de arte especiais (Túnel, Viaduto e Ponte)	2,85	35
Locomotivas		
Locomotivas diesel	3,33	30
Locomotivas elétricas	4,17	24
Locomotivas usadas	10,00	10
Benfeitorias úteis em locomotivas	12,50	8
Vida útil média dos principais componentes	12,50	8
Vagões		
Vagões	3,33	30
Benfeitorias úteis em vagões	10,00	10
Vida útil média dos principais componentes	16,67	6
Outros		
Esmerilhadora, carro de controle, equipamentos e ferramentas	10,00	10
Equipamentos de processamento de dados	20,00	5
Móveis e utensílios	10,00	10

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

4.11 Impairment de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos não financeiros com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Para avaliação dos ativos não financeiros é utilizada pela administração a metodologia da rentabilidade futura para a unidade geradora de caixa considerada, e assim determinar o valor em uso dos ativos da Companhia. Se o valor contábil do ativo imobilizado não suportar o valor em uso, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor em uso.

4.12 Contas a pagar a fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

4.13 Passivos financeiros

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Passivos financeiros: classificação, mensuração subsequente e ganho e perdas

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A política aplicável encontra-se descrita na nota 2 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017, publicadas na Imprensa Oficial em 26 de março de 2018.

4.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível, tributária e ambiental) e demais provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2018**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

4.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos os quais são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Nesse último caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, adicionados de quaisquer ajustes de exercícios anteriores, se houver. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias existentes entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

4.16 Benefícios a empregados

Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina um plano de previdência do tipo contribuição definida, o qual requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

A Companhia concede também benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Os custos de serviços passados do plano de assistência à saúde são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após sua introdução ou após mudanças do plano de saúde.

Benefício de curto prazo – remuneração variável

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia própria aprovada pelo Conselho de Administração. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada e puder ser estimada de forma confiável.

4.17 Arrendamentos

A Companhia classifica seus contratos como arrendamento mercantil financeiro ou operacional com base na essência da operação contratada, que leva em consideração de quem são os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos bens objetos do contrato, ao longo de sua vida útil.

Os arrendamentos financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento).

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os ativos classificados como arrendamentos operacionais não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. São reconhecidos como custo ou despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento.

4.18 Concessões

A Companhia possui concessão onerosa de serviço público decorrente dos contratos de concessão e arrendamento. Embora a Companhia atue sob regime de concessão, sua atividade não se enquadra nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, em função do Poder Concedente não controlar a quem os serviços devem ser prestados, nem o preço a ser cobrado. Prevalece a relação comercial entre a Companhia e seus clientes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

As obrigações da concessão são registradas linearmente, pelo regime de competência e de acordo com os prazos do contrato (360 meses) no passivo circulante tendo como contrapartida os custos dos serviços prestados. O valor registrado no passivo não circulante refere-se ao período de carência que foi apropriado no resultado de acordo com o regime de competência e está sendo liquidado em cada uma das parcelas pagas trimestralmente.

Os valores pagos antecipadamente pela Companhia foram registrados no ativo e são alocados no resultado como custo dos serviços prestados linearmente no decorrer do prazo do contrato.

4.19 Capital social

O capital social subscrito e integralizado está dividido em ações escriturais, ordinárias e preferenciais, sem valor nominal.

4.20 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receitas:

Prestação de serviço de transporte

A receita com prestação de serviços de transporte de carga, principal receita da Companhia, é reconhecida quando as cargas transportadas são entregues aos clientes no ponto de destino do transporte, conforme contrato de prestação de serviços. O valor justo da receita de serviços é calculado de forma confiável com base nas tarifas previamente acordadas entre as partes.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros, variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos financeiros e ganhos líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal.

Outras receitas operacionais

As demais receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável.

4.21 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório estabelecido na Lei das S.A. somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros,

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Imposto de renda, contribuição social e outras provisões de créditos fiscais

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita auferida e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

(b) Benefícios pós emprego

Os custos do plano de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação deste benefício é sensível às mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros é obtido através de mercados ativos. Contudo, quando isso não for viável, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação que requerem níveis de julgamento. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(d) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais cuja possibilidade de perda seja considerada provável pelos consultores jurídicos.

A Companhia revisa periodicamente os valores provisionados e caso identifique alterações processuais, tais como mudança de prognóstico, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos fatos ou decisões de tribunais, as mesmas são ajustadas.

(e) Taxa de depreciação, amortização e avaliação de impairment do ativo imobilizado e intangível

A taxa de depreciação e amortização de ativos imobilizado e intangível incluem as estimativas da vida útil econômica dos principais ativos da Companhia, a qual é revisada periodicamente

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

pelos especialistas da Companhia e caso seja identificada a necessidade de alteração da taxa de vida útil de algum grupo de ativos, é realizada a contratação de consultoria externa para mensuração e emissão de laudo conforme Resolução ANTT 5090/2016.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizado. Se o valor contábil do ativo imobilizado não suportar o valor em uso, é necessária a constituição da provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

6. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019.

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 tenha um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia no período de aplicação inicial.

CPC 06 (R2)/ IFRS 16 – Arrendamentos

A Companhia adotará o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 – Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2)/ IFRS 16 terá sobre as demonstrações contábeis, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque: (i) ocorrência de novas contratações a partir de 1º de janeiro de 2019 que não foram mapeadas para cálculo dos impactos; (ii) novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações contábeis que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamento no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros e operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o CPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Arrendamentos em que a Companhia é arrendatária

A Companhia reconhecerá ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais de imóveis, máquinas e equipamentos, veículos, equipamentos de TI e contêineres. Além desses, será registrado o contrato de arrendamento, vinculado ao contrato de concessão, dos bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos alterará, pois a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesas de juros sobre obrigações de arrendamento a pagar e não mais custo ou despesa de aluguel.

Com base nas informações disponíveis, a Companhia estima que reconhecerá obrigações adicionais de arrendamento no valor aproximado de R\$1.888.276 em 1º de janeiro de 2019. A Companhia espera que com a adoção do CPC 06(R2)/ IFRS 16 suas cláusulas restritivas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

financeiras (*covenants*) referentes aos contratos de empréstimos e financiamentos não tenham impactos significativos.

Arrendamentos em que a Companhia é arrendadora

A partir de 1º de janeiro de 2019, nos casos em que a Companhia figura como arrendador intermediário (subarrendamentos) de contratos em que é o arrendatário, o valor a receber referente a esses contratos deverá ser registrado integralmente como um contas a receber no ativo circulante e não circulante.

O valor a receber deduzido do direito de uso no momento da adoção inicial será de aproximadamente R\$67.500.

Transição

A Companhia pretende aplicar o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019. O ativo de arrendamento será igual ao passivo de arrendamento remanescente, não havendo ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019 sem reapresentação das informações comparativas.

ICPC 22/ IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

A Interpretação aborda a contabilização dos impostos sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afeta a aplicação da CPC 32 / IAS 12 e não se aplica a impostos ou taxas fora do âmbito da CPC 32 / IAS 12, nem inclui especificamente requisitos relativos ao tratamento de juros e penalidades associados a impostos incertos.

A seguinte interpretação não deverá trazer impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Circulante		
Disponibilidades		
Caixa e bancos	2.416	9.224
	2.416	9.224
Aplicações financeiras no país		
CDB	274.237	105.780
Operações compromissadas	-	307.782
	274.237	413.562
Caixa e equivalentes de caixa	276.653	422.786

As aplicações financeiras estão lastreadas em títulos emitidos por bancos no Brasil e possuem liquidez máxima de 28 dias, podendo ser resgatadas antes do vencimento, sem que haja modificação ou ajuste significativo na taxa de rendimento previamente acordada com a

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

instituição financeira.

Essas aplicações são em CDB, com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI, encontrando-se na faixa entre 99,5% e 101,00%.

A queda de R\$146.133 no saldo de caixa e equivalentes de caixa, deve-se, basicamente, ao menor volume de captações no exercício social de 2018.

A classificação das aplicações financeiras está descrita na Nota 23.

8. Caixa restrito

	2018	2017
Aplicações financeiras no país		
CDB	11.139	10.573
Operações compromissadas	58.170	53.307
	69.309	63.880
Circulante	69.309	62.191
Não circulante	-	1.689

O caixa restrito é composto por aplicações financeiras constituídas como forma de garantia aos seguintes contratos: (i) contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), nas linhas “FINEM” e “DULC”, sendo a garantia constituída para cobertura dos vencimentos de curto prazo; (ii) prestação de fiança bancária; e (iii) contrato comercial de compra e venda de energia elétrica.

Estas aplicações estão lastreadas em títulos no Brasil, quais sejam o CDB e as operações compromissadas lastreadas em debêntures, possuem liquidez máxima de 360 dias e remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, na faixa entre 94,00% e 100,00%.

A classificação das aplicações financeiras está descrita na Nota 23.

9. Contas a receber de clientes

		2018	2017
Contas a receber de partes relacionadas (*)	10	440.970	397.902
Clientes no país	(a)	31.347	26.911
Provisão para perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa	(b)	(1.107)	(1.107)
		471.210	423.706
Circulante		247.203	278.586
Não circulante		224.007	145.120



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(*) Em 2018, para refletir de forma mais apropriada a composição das contas a receber de clientes a Companhia incluiu nesta rubrica os valores referentes às contas a receber com partes relacionadas. A abertura das contas a receber com partes relacionadas está apresentada na nota explicativa 10.

- (a) Referem-se, basicamente, aos valores a receber relacionados aos serviços prestados de frete ferroviário, incluindo tráfego mútuo e direito de passagem a receber de clientes que não são partes relacionadas.
- (b) O valor provisionado para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa foi mensurado considerando a dificuldade financeira do emissor, quebra de contrato com atraso de pagamento, probabilidade de falência do devedor e devedores em processo judicial para cobrança, além da aplicação de um percentual apurado nas perdas dos últimos dois anos sobre os valores em aberto na data das demonstrações.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 informados nesta Nota, são relativos a operações com partes relacionadas decorrentes das transações da Companhia com seus acionistas, empresas ligadas e profissionais chave da administração.

As transações com partes relacionadas estão associadas, principalmente, à prestação de serviço público de transporte ferroviário de carga. São realizadas em prazos e condições negociadas com cada um dos clientes contratantes, respeitando os tetos tarifários definidos pelo Poder Concedente, os quais se aplicam a todos os clientes da concessionária, sendo ou não partes relacionadas. Pela Governança Corporativa da Companhia, os valores negociados com as partes relacionadas são aprovados pelos acionistas e obedecem a um modelo tarifário que visa remunerar os custos da prestação do serviço de transporte ferroviário, acrescidos de margens que são compatíveis com aquelas estabelecidas no seu plano de negócios. Não há transações com margens negativas, conforme estabelecido no contrato de concessão. Ademais, os contratos com partes relacionadas são de longo prazo e possuem cláusulas de penalidades por não execução dos volumes anuais programados, assim como ocorre com os demais clientes cativos.

Além dos contratos de serviços de transporte ferroviário de carga, a Companhia possui outros contratos com suas partes relacionadas referentes a serviços de manutenção e benfeitorias em terminais, venda de sucatas, manutenção em material rodante e via permanente e aluguéis.

O contas a pagar com partes relacionadas, apresentado em passivos com partes relacionadas, exceto dividendos a pagar, são decorrentes de operações de compras, utilização de malha ferroviária e investimentos compartilhados inerentes ao negócio da Companhia.

A Companhia possui os seguintes saldos referentes às transações com partes relacionadas:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- Ativo

		Contas a receber	
		2018	2017
Mineração Usiminas S.A.	(a)	166.202	180.594
Vale S.A.	(b)	74.879	102.886
CSN Mineração S.A.	(c)	144.392	73.622
Companhia Siderúrgica Nacional		43.570	30.407
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.		3.826	3.595
Gerdau Açominas S.A.		4.070	2.938
Ferrovia Centro Atlântica		2.152	2.234
Gerdau Aços Longos S.A.		452	893
Confab Industrial S.A.		170	543
Companhia Metalúrgica Prada		-	137
Gerdau S.A.		184	53
Ternium Brasil Ltda.		1.073	-
		440.970	397.902
Circulante		216.963	252.782
Não Circulante		224.007	145.120

- (a) Em 22 de janeiro de 2016, foi celebrado aditivo contratual entre a MRS, Mineração Usiminas S.A. "MUSA" e Usiminas através do qual as partes suspenderam por tempo indeterminado a execução dos contratos de transporte de minério de ferro. A MUSA assumiu a obrigação de pagar à MRS indenização para remunerar os investimentos realizados em expansão de capacidade para atendimento à demanda contratada a fim de garantir o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos até então firmados. O valor será pago em 10 parcelas anuais de R\$31.546, vencíveis em janeiro de cada ano. O valor presente do fluxo de pagamento é de R\$165.799 em 31 de dezembro de 2018 sendo, R\$31.546 no circulante e R\$134.253 no não circulante. Em Janeiro de 2019, a Companhia recebeu o montante de R\$31.546 referente a terceira parcela do aditivo.
- (b) A redução no contas a receber deve-se, basicamente, ao menor provisionamento dos mecanismos de proteção da receita em dezembro de 2018 em relação ao valor provisionado em 2017.
- (c) Em 1º de novembro de 2018, foi celebrado o sexto aditivo contratual entre a MRS e a CSN Mineração S.A., através do qual as partes visam a revisão dos volumes ("Tonelagens Básicas Anuais" – "TBA'S"), de minério de ferro previstos no contrato. Por conta desta revisão, que reduziu a previsão anual a ser transportada, a CSN Mineração S.A. assumiu a obrigação de pagar à MRS indenização para remunerar os investimentos realizados, a fim de garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor será pago em 8 parcelas anuais de R\$23.547, faturados em dezembro e vencíveis em janeiro de cada ano. O valor presente do fluxo de pagamento é de R\$113.300 em 31 de dezembro de 2018 sendo, R\$23.547 no circulante e R\$89.753 no não circulante. Em janeiro de 2019, a Companhia recebeu o montante de R\$23.547 referente a primeira parcela do aditivo.

Conforme mencionado na Nota 22, a Companhia possui contrato de recebível com partes relacionadas dado como garantia a empréstimos.

O prazo médio de recebimento do contas a receber com partes relacionadas é inferior a 20 dias.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- Passivo

		Contas a Pagar / Receitas Diferidas		Adiantamentos		Dividendos a Pagar	
		2018	2017	2018	2017	2018	2017
Vale S.A.		94	90	-	-	12.947	11.448
Mineração Brasileiras Reunidas S.A.		-	-	-	-	41.647	36.827
CSN Mineração S.A.	(d)	89.753	-	1	1	23.402	20.694
Companhia Siderúrgica Nacional		425	4.698	46	33	23.389	20.682
Usiminas Participações e Logística S.A.		-	-	-	-	13.216	11.687
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.		-	-	24	17	-	-
Gerdau Açominas S.A.		934	1.078	-	-	-	-
Ferrovias Centro Atlântica		18.003	22.830	61	841	-	-
Gerdau Aços Longos S.A.		115	574	-	813	-	-
Gerdau S.A.		-	-	-	-	1.556	1.376
Mitsui & Co. Ltda.	(e)	44.540	18.038	-	-	-	-
SePETIBA Tecon S.A.		10	192	-	-	-	-
Ternium Brasil Ltda.		-	4.894	-	-	-	-
Outros		-	-	-	-	7.840	6.928
		153.874	52.394	132	1.705	123.997	109.642
Circulante		63.848	37.823	132	1.705	123.997	109.642
Não Circulante		90.026	14.571	-	-	-	-

(d) Conforme mencionado na letra c desta nota, de acordo com CPC 47 – Receita de contrato com cliente, em contrapartida as Contas a receber de indenização, a Companhia reconheceu uma receita diferida que deverá ser reconhecida ao longo dos próximos 8 anos, no valor presente de R\$89.753.

(e) O valor de R\$44.540, refere-se à compra de 16 mil toneladas de trilhos, conforme contrato nº 48800 /MRS/2017.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Receita de serviços		Outras receitas		Receitas financeiras	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Vale S.A.	1.673.933	1.730.215	170	84.108	610	-
Companhia Siderúrgica Nacional	338.333	326.643	1.714	178	153	85
Mineração Usiminas S.A. (f)	92.875	29.328	-	-	20.685	22.035
CSN Mineração S.A. (g)	655.036	598.330	25.213	36.735	11.547	114
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	142.593	139.873	312	-	31	9
Gerdau S.A.	5.475	2.240	973	457	171	56
Gerdau Açominas S.A.	139.320	129.413	2.936	2.627	133	91
Gerdau Aços Longos S.A.	17.964	12.779	6.951	9.881	43	35
Gerdau Aços Especiais	-	101	-	-	-	2
Ferrovias Centro Atlântica	54.040	50.293	3.304	4.808	-	10
VLI Multimodal	-	122	-	-	-	4
Companhia Metalúrgica Prada	70	103	-	-	-	-
Ternium Brasil Ltda.	3.322	-	129	-	6	-
Confab Industrial S.A.	8.216	4.908	-	-	6	1
	3.131.177	3.024.348	41.702	138.794	33.385	22.442

(f) O valor de R\$20.685 registrado em 2018 (R\$22.035 em 2017) como “receitas financeiras”, refere-se ao reconhecimento da suspensão do contrato mencionado na letra (a) desta mesma nota.

(g) Do valor de 25.213 registrado em 2018 como “Outras receitas”, o valor de R\$12.822 refere-se a parcela do principal da indenização mencionados nas letras c) e d) desta mesma nota. Ainda, do valor de R\$11.547 registrado em 2018 como “receitas financeiras”, o valor de R\$10.725 refere-se a indenização deste mesmo aditivo.

	Outras despesas operacionais/financeiras	
	2018	2017
Vale S.A.	537	90
Mitsui & Co. Ltda. (h)	7.139	763
Gerdau Aços Longos S.A.	3.997	4.785
Ferrovias Centro Atlântica	9.875	6.839
Companhia Siderúrgica Nacional	5	-
Sepetiba Tecon S.A.	1.803	4.245
	23.356	16.722

(h) Refere-se à despesa financeira com variação cambial, conforme transação mencionada na letra (e) desta mesma nota.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado*****Pessoal chave da administração***

As remunerações fixas e variáveis do pessoal chave da administração da Companhia, a qual inclui seu Presidente e Diretores, estão registradas no resultado do exercício como segue:

		Resultado	
		2018	2017
Benefícios de curto prazo		16.807	11.569
Benefícios pós- emprego		389	303
Outros benefícios de longo prazo	27	8.061	5.340
		25.257	17.212

Os benefícios do pessoal chave incluem remuneração fixa, encargos sociais, programa de participação no resultado, programa de remuneração variável, plano de previdência e outros.

11. Outras contas a receber

		2018	2017
Valores a receber concessão e arrendamento	(a)	51.464	53.378
Valores a receber de indenização	(b)	11.501	-
Valores a receber - outras vendas	(c)	4.912	2.509
Demais contas a receber		3.335	2.868
Perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa	(d)	(3.113)	(1.802)
		68.099	56.953
Circulante		15.984	2.957
Não Circulante		52.115	53.996

- (a) Os valores a receber de concessão e arrendamento contabilizados no ativo não circulante correspondem ao registro decorrente de sentença favorável em processo envolvendo o Poder Concedente sobre valores pagos a maior nas atualizações das parcelas trimestrais da concessão e arrendamento do período de outubro de 1997 a abril de 2001.

No 1º trimestre de 2017, a União interpôs recurso de agravo de instrumento, ao qual foi concedido efeito suspensivo para impedir a realização da perícia até o julgamento final do mencionado recurso pelo TRF/2. O agravo de instrumento foi julgado e provido pelo TRF/2 em 5 de julho de 2017, sendo proferida decisão dispensando a realização de perícia e determinando o envio dos autos ao Contador Judicial para que elabore os cálculos. Nos autos de primeira instância, em 5 de julho de 2017, foi proferida decisão definindo os parâmetros para realização dos cálculos e determinando a elaboração de novos cálculos pela Contadoria Judicial, em cumprimento à decisão do TRF/2. Contra a mencionada decisão, a União e a MRS opuseram recursos de embargos de declaração para que fossem esclarecidos alguns pontos dos parâmetros de realização dos cálculos. Em 5 de novembro de 2018, foi proferida decisão que, embora tenha acolhido os critérios de cálculo da MRS, julgou prejudicados os embargos de declaração da MRS e da União, nos seguintes termos: “De todo o exposto, entendo que sanado todos os pontos controvertidos para fins de viabilizar a feitura da planilha das diferenças pagas a maior pela parte autora, deverão os autos, preclusa esta decisão, serem encaminhados ao setor de cálculos para feitura da conta, restando sanados os pontos controvertidos suscitados pela contadoria (fls. 1803), a

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

saber: a) As parcelas devidas pela MRS em favor da União devem ser atualizadas monetariamente pelo IGP-DI; b) As parcelas pagas a maior, pela MRS, podem ser compensadas, devendo sofrer atualização monetária pelo Manual de Cálculos da Justiça Federal, inclusive pelo IPCA-E, afastando-se a aplicação do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, além de acrescidas de juros de mora de 0,5% ao ano desde a citação; c) o termo inicial para atualização de eventuais diferenças deverá ser a partir de novembro de 2013. d) demais pontos entendidos como relevantes pela Contadoria que estejam na presente decisão.”

Como a referida decisão incorreu em alguns equívocos, a MRS apresentou novos embargos de declaração, pendentes de julgamento. Já a União apresentou petição requerendo a reconsideração da decisão que declarou prejudicados seus embargos de declaração e a aplicação da TR até que seja proferida decisão de modulação de efeitos em sede de recurso extraordinário pendente de julgamento pelo STF.

Um dos principais pontos de divergência desse processo é o índice de correção monetária das condenações impostas à Fazenda Pública. A Companhia adota, em seus cálculos, para atualização do processo, o índice de correção da Tabela da Justiça Federal - IPCA_E e a União defende que a atualização deve ser pela Taxa Referencial – TR, remuneração oficial da caderneta de poupança.

Concomitantemente ao andamento do processo acima descrito, no dia 20 de setembro de 2017, foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal – STF, o recurso extraordinário, em repercussão geral, que reconheceu a inconstitucionalidade do art. 1ºF da Lei 9.494/97 na parte em que prevê a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, eis que, de acordo com o STF, a aplicação do respectivo índice “não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina”. Em face da referida decisão foram opostos embargos de declaração, requerendo a modulação temporal dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade. Em 6 de dezembro de 2018, o julgamento dos referidos embargos foi interrompido por pedido de vista.

Nesse novo contexto, a Companhia entende que deverá ser mantido o critério de correção monetária dos débitos da Fazenda Pública pela Tabela da Justiça Federal (IPCA_E) e a divergência nesse particular, nos autos da ação em referência, entre a União e a MRS, deverá restar superada, prevalecendo os parâmetros adotados pela MRS.

- (b) O valor de R\$11.501 refere-se ao valor a receber a título de indenização e outros ressarcimentos de custos conforme termo de acordo e quitação de pendência nº 002/2018, assinado em 21 de dezembro de 2018 entre MRS e Rumo Malha Norte/Paulista/Oeste e Sul.
- (c) Os valores a receber são decorrentes de venda de sucata, prestação de serviço de manutenção, aluguéis e outros valores não relacionados ao serviço de frete ferroviário.
- (d) O valor provisionado para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa foi mensurado considerando a dificuldade financeira do emissor, quebra de contrato com atraso de pagamento, probabilidade de falência do devedor e devedores em processo judicial para cobrança, além da aplicação de um percentual apurado nas perdas dos últimos dois anos sobre os valores em aberto na data das demonstrações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

12. Estoques

		2018	2017
Materiais de manutenção	(a)	91.404	79.431
Materiais em processo de recuperação		7.121	3.966
Importações em andamento		1.172	708
Combustíveis		7.570	2.352
Outros		6.828	6.006
Provisão para perdas por obsolescência	(b)	<u>(6.532)</u>	<u>(6.570)</u>
		107.563	85.893

(a) Referem-se aos materiais que serão utilizados em serviços de manutenção própria, principalmente em locomotivas, vagões e via permanente.

(b) Referem-se a provisão para perda de determinados materiais de manutenção considerados obsoletos ou de baixa rotatividade.

13. Tributos a recuperar

		2018	2017
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	(a)	87.468	87.237
(-) Provisão para perda de ICMS	(a)	(26.100)	(31.100)
PIS/COFINS a recuperar	(b)	56.334	56.074
Imposto de renda retido na fonte	(c)	31.235	26.550
Outros		210	493
		149.147	139.254
Circulante		108.375	96.082
Não circulante		40.772	43.172

(a) Referem-se, principalmente, aos créditos decorrentes das aquisições de bens para o ativo imobilizado e das compras de insumos, líquidos de provisão para perda de créditos não recuperáveis.

(b) Referem-se, principalmente, aos créditos de bens do ativo fixo.

(c) Referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras e sobre ganhos nas operações de derivativos – *swap* e NDF. Como os rendimentos são tributados apenas no resgate das aplicações e na liquidação dos *swaps* e NDF, este valor inclui a provisão de IR fonte dessas operações.

A composição dos créditos de ICMS nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, registrados no ativo circulante, está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Composição créditos ICMS - circulante		
ICMS - RJ	36.695	20.624
ICMS - SP	<u>25.778</u>	<u>12.139</u>
Total circulante	62.473	32.763

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

14. Despesas antecipadas

		2018	2017
Adiantamento arrendamento	(a)	163.393	159.493
Seguros	(b)	9.617	4.345
Outras despesas antecipadas		6.939	5.728
		179.949	169.566
Circulante		24.025	17.640
Não circulante		155.924	151.926

(a) Os adiantamentos por arrendamento são apropriados ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de arrendamento (360 meses). A parcela do circulante compreende o montante dos adiantamentos amortizáveis em até 365 dias. No ano de 2018 o valor amortizado de arrendamento foi de R\$8.817 (R\$8.817 em 2017). Os detalhes da operação estão descritos na Nota 25.

(b) Referem-se a pagamentos antecipados de seguros. A variação deve-se principalmente ao fato de ter sido realizada em 2018 a renovação da apólice de seguro de risco operacional com vencimento para 30 de setembro de 2019. O valor em 2018 refere-se ao saldo ainda não amortizado.

15. Outros ativos circulantes e não circulantes

O grupo de outros ativos circulantes e não circulantes é composto da seguinte forma:

		2018	2017
Depósitos judiciais	(a)	114.174	103.902
Adiantamentos a terceiros	(b)	17.748	14.912
Outros		65	238
		131.987	119.052
Circulante		17.750	14.912
Não circulante		114.237	104.140

(a) Referem-se a depósitos judiciais recursais e para garantia de execução à disposição do juízo para permitir interposição de recurso, nos termos da lei. Os mesmos são atualizados monetariamente e ficam registrados no ativo não circulante até que haja decisão judicial. A distribuição está descrita na Nota 27.1.

(b) Correspondem aos adiantamentos concedidos a fornecedores e colaboradores como adiantamento de férias, empréstimo de férias e outros adiantamentos.

16. Imobilizado

Por natureza, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Custo	2018						2017
	Benfeitorias imóveis de terceiros	Locomotivas	Vagões	Imobilizado em curso	Outros	Total	Total
Em 1º de janeiro	4.189.577	2.764.931	2.381.248	477.111	612.143	10.425.010	9.862.851
Adições	-	-	-	815.783	-	815.783	692.941
Transferências / Reclassificações	394.580	106.122	249.226	(769.495)	19.567	-	(7)
Reversão (provisão) de ativo imobilizado	(298)	7	3.657	-	-	3.366	(2.474)
Baixas	(39)	(14.949)	(23.232)	(4.351)	(4.336)	(46.907)	(128.301)
Em 31 de dezembro	4.583.820	2.856.111	2.610.899	519.048	627.374	11.197.252	10.425.010
Depreciação							
Em 1º de janeiro	(1.622.765)	(1.223.667)	(988.164)	-	(355.956)	(4.190.552)	(3.683.339)
Adições	(285.458)	(125.947)	(141.115)	-	(45.450)	(597.970)	(559.594)
Baixas	8	13.061	12.079	-	3.855	29.003	52.381
Em 31 de dezembro	(1.908.215)	(1.336.553)	(1.117.200)	-	(397.551)	(4.759.519)	(4.190.552)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro	2.675.605	1.519.559	1.493.699	519.048	229.823	6.437.733	6.234.458

A movimentação do imobilizado de 2017 encontra-se publicada na Nota 15 das demonstrações contábeis de 2017.

Reversão (provisão) de ativo imobilizado

O valor de R\$3.657 refere-se à reversão de provisão por realização do corte de vagões.

Baixas

Locomotivas e vagões

Os valores líquidos de R\$1.888 e R\$11.153, apresentados nos grupos de locomotivas e vagões, respectivamente, são referentes a processos de substituição de vagões e locomotivas aprovados junto ao DNIT/ANTT, baixas de componentes, processos de transformação, corte e acidentes ferroviários.

Imobilizado em curso

A baixa de R\$4.351 de imobilizado em curso refere-se, basicamente, a projetos de investimento de obras de expansão, duplicação de pátios e modernização de sinalização que, devido a decisão estratégica da Companhia, não serão realizados.

Custos de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados no ano de 2018 foi R\$219 (R\$345 em 2017). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de financiamentos passíveis de capitalização foi de 7,37% ao ano (8,44% no ano de 2017), que representa a taxa média dos financiamentos da Companhia.

Imobilizações em curso

As imobilizações em andamento estão substancialmente representadas por gastos incorridos na ampliação, recuperação e modernização da via permanente, locomotivas, vagões e sistemas de sinalização e telecomunicação arrendados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Revisão de vida útil

Em atendimento ao CPC 27 – Imobilizado e ao IAS 16, a Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus principais ativos. Na última revisão, não foi identificada a necessidade de alteração de vida útil de nenhum ativo.

Conforme mencionado na Nota 22, a Companhia possui ativos dados como garantia a empréstimos.

17. Intangível

O intangível está constituído da seguinte forma:

a) Aquisição/desenvolvimento de sistemas informatizados e software

	2018			2017
	Sistemas informatizados e software	Projetos em andamento	Total	Total
Custo				
Em 1º de janeiro	201.239	21.253	222.492	207.205
Adições	-	10.854	10.854	16.935
Transferências	24.759	(24.759)	-	-
Reversão de ativo intangível	-	-	-	546
Baixas	(2)	-	(2)	(2.194)
Em 31 de dezembro	225.996	7.348	233.344	222.492
Amortização				
Em 1º de janeiro	(187.821)	-	(187.821)	(179.734)
Adições	(9.438)	-	(9.438)	(9.824)
Baixas	2	-	2	1.737
Em 31 de dezembro	(197.257)	-	(197.257)	(187.821)
Em 31 de dezembro	28.739	7.348	36.087	34.671

A movimentação do intangível de 2017 encontra-se publicada na Nota 16 das demonstrações contábeis de 2017.

A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto a concessão, foi estimada em 20% ao ano.

b) Adiantamento concessão

O ativo intangível também é composto pela parcela referente ao adiantamento da concessão (direito de outorga) no valor de R\$8.407 em 2018 (R\$8.182 em 2017).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2018**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

18. Fornecedores

		2018	2017
Valores a pagar a partes relacionadas (*)	10	64.121	52.394
Em moeda nacional		215.548	215.973
Em moeda estrangeira		25.127	43.906
		304.796	312.273
Circulante		269.935	258.791
Não circulante		34.861	53.482

(*) Em 2018, para refletir de forma mais apropriada a composição de Fornecedores a Companhia incluiu nesta rubrica os valores referentes às contas a pagar a partes relacionadas. A abertura dos valores a pagar a partes relacionadas está apresentado na nota explicativa 10.

19. Obrigações sociais e trabalhistas

		2018	2017
PPR – Plano de Participação nos Resultados / Bônus	(a)	77.470	70.596
Provisão para férias e 13º salário		31.653	31.333
Salários a pagar		27.958	22.615
INSS		18.313	21.858
FGTS		6.066	6.147
IRRF a pagar		4.370	4.221
Outros		14.352	13.172
		180.182	169.942

(a) O PPR/Bônus são pagos, historicamente, no primeiro trimestre do ano seguinte à constituição da provisão.

20. Imposto de renda e contribuição social

	2018	2017
Imposto de renda	102.561	108.965
Contribuição social	9.756	22.084
	112.317	131.049

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2018**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

21. Outras obrigações fiscais

	2018	2017
ICMS	5.963	4.472
COFINS	11.997	16.624
PIS	2.016	3.083
Outros	4.473	4.608
	24.449	28.787

22. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão compostos da seguinte forma:

		2018	2017
<u>Moeda nacional</u>			
BNDES:		784.508	994.841
FINEM	(a)	566.662	615.398
DULC	(b)	160.096	261.861
FINAME e BNDES automático	(c)	57.750	117.582
BDMG	(d)	-	8.135
FINEP	(e)	-	2.159
		784.508	1.005.135
Custos da transação		(2.492)	(1.660)
		782.016	1.003.475
<u>Moeda estrangeira</u>			
Banco MUFG	(f)	583.007	497.228
Ajuste de <i>hedge</i> de valor justo - Banco MUFG		3.851	(978)
Ex-Im	(g)	8.384	35.786
		595.242	532.036
Custos da transação		(27)	(217)
		595.215	531.819
<u>Debêntures</u>	(h)		
5ª Emissão		-	104.789
6ª Emissão		9.449	18.894
7ª Emissão		718.055	691.244
8ª Emissão		396.554	394.522
		1.124.058	1.209.449
Custos da transação		(24.163)	(30.547)
		1.099.895	1.178.902
Total de empréstimos e financiamentos + custo da transação		2.477.126	2.714.196
Circulante		419.477	667.832
Não circulante		2.057.649	2.046.364

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2018**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(*) Em 2018, para refletir de forma mais apropriada a composição de empréstimos e financiamentos a Companhia retirou desta rubrica os valores referentes aos arrendamentos mercantis financeiros criando um nota explicativa específica para esses contratos (vide nota 28).

- (a) As operações de FINEM, contratadas de forma direta e indireta junto ao BNDES, possuem taxa nominal igual à taxa efetiva e estão sujeitas a encargos de TJLP mais “spread” até 3,41% ao ano ou taxa fixa de 2,50% ao ano até 5,50% ao ano. Estes financiamentos serão utilizados para cobrir gastos que visam a redução do número de acidentes, a melhoria do ciclo operacional e a aquisição de material rodante, além da construção de passarelas, viadutos, passagens inferiores e projetos sociais. O prazo final de amortização desses contratos é 15 de junho de 2024. Essas operações têm como garantia recebíveis de contratos comerciais que perfazem, no mínimo, 130% do serviço da dívida, alienação fiduciária dos bens financiados, direitos emergentes e aplicação financeira vinculada no valor de 3 (três) parcelas a pagar do financiamento. Ao final de 2018, a Companhia obteve um novo montante de recursos, no valor de R\$100 milhões, com prazo de amortização em 2030.
- (b) O DULC, operação direta com o BNDES, possui taxa nominal igual à taxa efetiva e está sujeito a encargos de TJLP mais “spread” de até 2,06% ao ano ou taxa fixa de 4,50% ao ano. Esta operação tem como objetivo financiar projetos de gargalos logísticos, de expansão da via permanente, de modernização e recuperação de ativos, de confiabilidade de infraestrutura, além de compras de locomotivas e projetos sociais. O prazo final de amortização desses contratos é 15 de junho de 2023. A garantia deste contrato é composta por recebíveis de contratos comerciais que perfazem, no mínimo, 130% do serviço da dívida, direitos emergentes da concessão e aplicação financeira vinculada correspondente ao valor de 3 (três) parcelas a pagar do financiamento. Em 2018 não ocorreram novas captações nesta linha.
- (c) O FINAME e o BNDES automático são financiamentos com recursos do BNDES, repassados à Companhia de forma indireta via instituições financeiras, com taxa nominal igual à taxa efetiva. Os FINAMES tiveram como finalidade a aquisição de vagões e locomotivas novos, enquanto, a linha do BNDES automático financiou projeto de inovação tecnológica que prevê a redução do consumo de combustível nas locomotivas. Esses financiamentos estão sujeitos a encargos de TJLP mais “spread”, equivalente a uma TIR (taxa interna de retorno) de 9,7% ao ano, ou taxa fixa de 4,50% ao ano. O prazo final de amortização desses contratos é 15 de janeiro de 2022. Estas operações possuem como garantia a alienação fiduciária dos bens financiados. Ao longo de 2018, não ocorreram captações dessas modalidades de crédito.
- (d) O financiamento junto ao BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - possuía correção pelo IPCA mais taxa de juros fixa de 5,76% ao ano. A finalidade deste contrato foi a aquisição de equipamentos para modernização da malha ferroviária. Este contrato tinha como garantia carta de fiança e o prazo final de amortização foi 24 de dezembro de 2018.
- (e) O empréstimo junto à FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos possuía taxa fixa nominal igual à taxa efetiva correspondente a 5,00% ao ano. O objetivo da operação foi financiar o projeto de desenvolvimento de alternativas ecologicamente sustentáveis para produção e utilização de dormentes. Este contrato tinha como garantia carta de fiança e o prazo final de amortização foi 15 de agosto de 2018.
- (f) Os financiamentos junto ao Banco MUFG (anteriormente denominado Banco de Tokyo) possuem taxa fixa nominal igual à taxa efetiva. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía três (3) captações ativas, sendo uma delas contratada e desembolsada em setembro

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

de 2013, com juros de 3,05% ao ano, outra contratada e desembolsada em maio de 2017, com juros de 2,49% ao ano no primeiro ano e 2,59% ao ano nos anos seguintes até o final do contrato e, a terceira contratada e desembolsada em agosto de 2018, com juros de 4,82% ao ano no primeiro ano e de 4,59% ao ano para os demais. Essas captações em dólar tiveram como objetivo o reforço do caixa da Companhia para os investimentos realizados, bem como a liquidação antecipada, em setembro de 2013, de uma captação via NCE (Nota de Crédito à Exportação), com o intuito de alongar o prazo da dívida e suavizar o fluxo de amortização futuro da Companhia. A Companhia não constituiu garantia para estes contratos e o prazo final de amortização é março de 2019 para o firmado em 2013, maio de 2020 para o desembolsado em 2017 e agosto de 2023 para o desembolsado em 2018.

(g) O financiamento junto ao *Export-Import Bank of the United States* (Ex-Im), está sujeito à taxa fixa nominal de 3,30% ao ano. Contratado em março de 2009 e desembolsado em abril do mesmo ano, esta operação teve como objetivo a compra de 38 locomotivas novas, as quais constituem a própria garantia do contrato. O prazo final de amortização é 25 de março de 2019.

(h) Debêntures:

- **5ª Emissão**

Em 18 de julho de 2012, a Companhia emitiu R\$300.000 mil em debêntures não conversíveis, sob a instrução CVM nº. 476. A operação teve como finalidade reforço do capital de giro e alongamento do perfil da dívida da Companhia. As debêntures foram emitidas em uma série indexada de acordo com a variação do CDI acrescida de sobretaxa equivalente a 0,9%, definida após o processo de *Bookbuilding*, sendo juros pagos semestralmente durante todo período da emissão e com amortização anual no 4º, 5º e 6º ano. No dia 11 de abril de 2016, a Assembleia Geral de Debenturistas da 5ª emissão de Debêntures da MRS deliberou pelo não vencimento antecipado das Debêntures, pela alteração do atual item "XVIII" da cláusula 6.1.2 para seguinte forma: "(xviii) rebaixamento na classificação de risco da Emissora, durante o prazo de vigência das Debêntures, para rating "A-" ou inferior (escala nacional), atribuída pela *Standard and Poor's*, exceto se aprovado por Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em assembleia, ficando assegurado ao debenturista, que tiver votado favoravelmente à declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o direito de ter suas Debêntures resgatadas pela Emissora em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de conhecimento do evento;" e pela repactuação da taxa de juros de variação do CDI + 0,90% para variação do CDI + 2,50%, desde 20 de abril de 2016 até a data de vencimento da emissão. O prazo final de amortização desse contrato foi 18 de julho de 2018.

- **6ª Emissão**

Em 10 de dezembro de 2013, a Companhia emitiu R\$300.000 em debêntures com as mesmas características e condições da 5ª emissão. Ademais, no dia 11 de abril de 2016, a Assembleia Geral de Debenturistas da 6ª emissão de Debêntures da MRS deliberou pelo não vencimento antecipado das Debêntures, pela alteração do atual item "XIV" da cláusula 7.1. da Escritura de Emissão para seguinte forma: "XIII. rebaixamento na classificação de risco da Emissora, durante o prazo de vigência das Debêntures, para rating "A-" (escala nacional) ou inferior, atribuída pela Agência de Classificação de Risco, exceto se aprovado por

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Debenturistas que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;" e pela repactuação da taxa de juros de variação do CDI + 0,90% para variação do CDI + 2,90%, desde 20 de abril de 2016 até a data de vencimento da emissão. O prazo final de amortização do contrato é 10 de dezembro de 2019.

Em 27 de dezembro de 2017, a Companhia adquiriu cerca de 90,6% das debêntures da 6ª emissão, totalizando R\$182.040 mil, através de operação de *Tender Offer* (oferta pública de recompra de papéis que estão no mercado) realizada no âmbito da 3ª série da 8ª emissão de debêntures também da Companhia. Essas debêntures foram colocadas em tesouraria e estão em processo de cancelamento junto ao banco escriturador.

- **7ª Emissão**

Em 15 de fevereiro de 2015, a Companhia emitiu R\$550.726 em debêntures, sendo R\$336.340 relativos à 1ª série da emissão e, R\$214.386 relativos à 2ª série da emissão. Devido à correção do valor da emissão prevista na escritura entre a data de emissão e a data de liquidação o total desembolsado foi de R\$555.003.

A emissão ocorreu nos termos da Instrução CVM nº 400, tendo sido emitidas 550.726 debêntures simples não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com o valor unitário de R\$1. Os recursos obtidos com a emissão serão utilizados integralmente para financiar os projetos de revitalização da via permanente e expansão do projeto de comunicação CBTC (*Communication Based Train Control*), aprovados e considerados prioritários pelo Ministério dos Transportes, razão pela qual as debêntures contam com benefícios de isenção tributária de acordo com a Lei nº 12.431.

A primeira série dessa emissão possui prazo de 7 anos, com amortização no 6º e 7º ano e está sujeita a uma taxa de IPCA + 5,9828% ao ano. Já a segunda série da emissão, possui prazo de 10 anos, com amortização no 8º, 9º e 10º ano e a sua taxa de juros é de IPCA + 6,4277% ao ano. Os pagamentos dos juros das duas séries é anual.

No dia 6 de abril de 2016, a Assembleia Geral de Debenturistas da 7ª emissão de Debêntures da MRS deliberou pelo não vencimento antecipado das Debêntures, pela renúncia da hipótese das Debêntures virem a ter sua classificação de risco rebaixada em dois *notches*, em relação à classificação de risco das Debêntures na data de emissão, até a data de 15 de fevereiro de 2024 e pelo pagamento de prêmio (*flat*), incidente sobre o valor nominal unitário devidamente atualizado, equivalente a 4,35% para as Debêntures da 1ª Série e 5,35% para as debêntures da 2ª Série. Os prêmios foram pagos no dia 15 de abril de 2016, com base no valor nominal unitário atualizado do dia 14 de abril de 2016.

- **8ª Emissão**

Em 13 de dezembro de 2017, a Companhia realizou sua 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, via Instrução CVM 476. Foram emitidas 40 mil debêntures, em duas séries, quais sejam 2ª e 3ª, totalizando uma captação no montante de R\$400.000, sendo R\$217.960 alocados na 2ª série e R\$182.040 na 3ª série. A emissão poderia ter sido realizada em até 3 séries, mas, após procedimento de *bookbuilding*, foi definida a emissão apenas da 2ª e 3ª séries, com o cancelamento da 1ª série.

A 2ª série desta emissão foi colocada a mercado, com juros de 108,30% do CDI ao ano, definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no 4º e 5º ano.

A 3ª série foi destinada exclusivamente aos debenturistas detentores dos papéis da 6ª emissão de debêntures da Companhia, no âmbito de operação de *Tender Offer*. Os debenturistas da 6ª emissão que aderiram ao *Tender Offer* venderam suas debêntures para a

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Companhia pelo valor na curva e adquiriram os papéis da 8ª emissão | 3ª série, destinada exclusivamente a estes investidores. A 3ª série da 8ª emissão foi emitida a uma taxa fixa de 109,50% do CDI ao ano, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no 3º, 4º e 5º ano.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com esta emissão, foram utilizados para reforço do seu capital de giro e alongamento do perfil da sua dívida.

Todas as debêntures emitidas são da espécie quirografária.

O fluxo de amortização dos financiamentos não circulantes é como segue:

	2020	2021	2022	Após 2022	Total
FINAME	8.227	5.920	2.735	254	17.136
DULC	33.057	33.057	25.579	9.052	100.745
FINEM	151.200	111.245	78.605	67.905	408.955
Debêntures	57.820	362.153	362.736	294.391	1.077.100
Banco MUFG	280.413	64.580	64.580	63.822	473.395
	530.717	576.955	534.235	435.424	2.077.331

Em 31 de dezembro 2018, os custos de transação das captações de recursos estavam apresentados da seguinte forma:

	Circulante	Não circulante				Total	
	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Total	CP + LP
DULC	146	139	132	109	43	423	569
FINEM	334	383	285	188	728	1.584	1.918
FINAME	2	2	1	-	-	3	5
Debêntures	6.491	6.768	5.127	2.868	2.909	17.672	24.163
Ex-Im	27	-	-	-	-	-	27
	7.000	7.292	5.545	3.165	3.680	19.682	26.682

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o montante dos custos de transações incorrido em cada processo de captação foi:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	2018	2017
FINEM	101.063	-
(-) custos de captações	(1.232)	-
% custos/Valor captação	-1,22%	-
Debêntures 8ª emissão	-	400.000
(-) custos de captações	-	(1.852)
% custos/Valor captação	-	-0,46%

Para as captações do Banco MUFG, nos exercícios de 2018 e 2017, e do FINAME, no exercício de 2017, não houve custos de captação.

Condições restritivas financeiras (covenants)

Os contratos de empréstimos e financiamentos têm cláusulas restritivas relativas à manutenção de certos índices financeiros. As condições restritivas dos *covenants* permaneceram inalteradas em relação a 2017 e todos os *covenants* foram atendidos em 31 de dezembro de 2018. As debêntures emitidas pela Companhia possuem cláusulas restritivas relativas à manutenção de certos índices financeiros, que foram cumpridos em 31 de dezembro de 2018. As debêntures da 5ª, da 6ª e da 7ª emissões possuem cláusulas de manutenção de *rating* mínimo de classificação de risco atribuível pela *Standard and Poor's* e que também foram atendidas no período informado. As debêntures da 8ª emissão não possuem cláusulas de manutenção de *rating* mínimo de classificação de risco.

23. Instrumentos financeiros**Operações com instrumentos financeiros**

O cálculo do valor justo de aplicações (Equivalentes de caixa e Caixa restrito), é realizado da seguinte forma: para aplicações com carência inferior ou igual a 60 dias, considera-se o valor justo como sendo o próprio valor original. Caso a carência seja superior a 60 dias, calcula-se a rentabilidade pela taxa de juros contratada até o fim da carência, descontando-se, a seguir, por uma taxa mais elevada, equivalente a 110% da taxa contratada, o que representa uma penalidade pela eventual saída da aplicação no período de não liquidez.

Para os empréstimos e financiamentos que possuem cotação pública de mercado para a taxa de juros de referência, calcula-se o fluxo até o vencimento com a taxa contratual e, em seguida, desconta-se pela taxa atualizada constante da fonte pública. Para os empréstimos e financiamentos que não têm fonte pública de taxa de juros, depois de calcular o fluxo até o vencimento com a taxa contratual, desconta-se pela taxa de juros de operações semelhantes em termos de risco e prazo. Eventualmente, no caso de dificuldade em identificar financiamentos comparáveis, a taxa de desconto é determinada através de consulta a instituições financeiras.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizadas pela Companhia, que divergem dos seus valores justos:

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	2018		2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Contas a receber de clientes	471.210	463.688	-	-
Caixa restrito (a)	-	-	8.884	8.743
Passivos				
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	595.242	599.345	532.036	532.182
(a) A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a mensurar suas aplicações financeiras pelo valor justo por meio do resultado, assim o valor contábil é igual ao valor justo.				

O cálculo do valor justo dos empréstimos considera a cotação de mercado das respectivas operações, com exceção daquelas que: (i) não contam com mercado líquido de referência ou (ii) cuja liquidação (valor de saída) possa ser feita sem haver penalização. Para estes casos, o valor justo coincide com o valor na curva.

Classificação dos instrumentos financeiros

A seguir apresentamos os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizadas pela Companhia e sua respectiva classificação.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	31 de dezembro de 2018				31 de dezembro de 2017			
	Custo amortizado	VJR	VJR/operações usadas para hedge	Total	Custo amortizado	VJR	VJR/operações usadas para hedge	Total
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	-	276.653	-	276.653	-	422.786	-	422.786
Caixa restrito	-	69.309	-	69.309	-	63.880	-	63.880
Contas a receber e outras contas a receber	98.339	-	-	98.339	82.757	-	-	82.757
Partes relacionadas	440.970	-	-	440.970	397.902	-	-	397.902
Ganhos em operações com instrumentos financeiros derivativos – <i>swap</i> /NDF	-	-	83.031	83.031	-	-	75.518	75.518
Total	539.309	345.962	83.031	968.302	480.659	486.666	75.518	1.042.843
	31 de dezembro de 2018				31 de dezembro de 2017			
	Custo amortizado	VJR	VJR/operações usadas para hedge	Total	Custo amortizado	VJR	VJR/operações usadas para hedge	Total
Passivos								
Fornecedores	240.675	-	-	240.675	259.879	-	-	259.879
Partes relacionadas	64.121	-	-	64.121	52.394	-	-	52.394
Empréstimos e financiamentos em R\$	784.508	-	-	784.508	1.005.136	-	-	1.005.136
Empréstimos e financiamentos em USD	591.391	-	-	591.391	533.014	-	-	533.014
Debêntures	1.124.058	-	-	1.124.058	1.209.449	-	-	1.209.449
Perdas em operações com instrumentos financeiros derivativos – <i>swap</i> /NDF	-	-	24.391	24.391	-	-	10.131	10.131
Ajuste em <i>Hedge</i> de Valor Justo - Banco de MUFG	-	-	3.851	3.851	-	-	(978)	(978)
Total	2.804.753	-	28.242	2.832.995	3.074.505	-	9.153	3.083.658

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Conforme mencionado na Nota 2.6 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017, desde 1º de abril de 2016 a Companhia optou por designar um *cross-currency swap* para *Hedge* de Valor Justo, protegendo assim o valor justo do objeto de *hedge*, que no caso é a dívida contratada junto ao Banco MUFG em setembro de 2013. A Companhia adotou esta mesma forma de contabilização para demais operações junto ao Banco MUFG, contratadas em maio de 2017 e em agosto de 2018.

Desta forma, as operações de *swap*/NDF que em 31 de dezembro de 2018 apresentavam saldo líquido a receber no valor de R\$58.640 (R\$65.387 em 31 de dezembro 2017) tiveram suas variações contabilizadas no resultado.

A Companhia documentou tal relação de *hedge* como *Hedge* de Valor Justo após testes comprovarem que é esperado que o *hedge* seja altamente eficaz na compensação do valor justo

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

do objeto de *hedge*. A efetividade é mensurada a partir de testes de eficácia prospectiva, avaliada pelo método estatístico de redução da volatilidade. O *hedge* é considerado eficaz quando o quociente de eficácia do teste prospectivo resultar em valor igual ou maior que 80%.

A partir da designação do *swap* para *Hedge* de Valor Justo, a variação do valor justo do *hedge* permanece sendo registrada no resultado financeiro, porém no mesmo momento é verificada a variação do valor justo do risco atribuível do objeto de *hedge* designado que é registrado no passivo como contrapartida no resultado financeiro.

Objeto de Hedge de valor justo		
	2018	2017
Dívida	583.007	497.228
Ajuste de <i>Hedge</i> de Valor Justo	3.851	(978)
Impacto no resultado financeiro		
	2018	2017
<u>Receita financeira</u>		
Ajuste de <i>Hedge</i> de Valor Justo	3.840	3.265
<u>Despesa financeira</u>		
Ajuste de <i>Hedge</i> de Valor Justo	(8.659)	(3.008)
Resultado financeiro líquido (a)	(4.819)	257

(a) Em agosto de 2018 foi obtido junto ao banco MUFG um novo contrato de financiamento no valor de R\$206.000. Para tal contrato foi contratada uma nova operação de *hedge accounting*, ocasionando no aumento do resultado financeiro líquido.

MRS Logística S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Derivativo designado para Hedge de Valor Justo	Valor de referência (nacional)		Valor justo	
	2018	2017	2018	2017
Tipo de contrato				
Contratos de <i>swap</i> (dólar fixo para real CDI)				
Posição ativa				
Dólar Fixo	620.585	414.585	587.513	498.397
Posição passiva				
Real CDI	620.585	414.585	(515.683)	(420.508)
Total dos contratos de <i>swap</i>			<u>71.830</u>	<u>77.889</u>
Provisão de IR sobre ganhos <i>swap</i>			(13.153)	(11.825)
Total dos contratos de <i>swap</i> líquidos de IR			<u>58.677</u>	<u>66.064</u>
<u>Classificados</u>				
No ativo circulante			34.096	39.584
No ativo não circulante			48.383	35.934
No passivo circulante			(19.625)	(9.454)
No passivo não circulante			(4.177)	-
			<u>58.677</u>	<u>66.064</u>

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Derivativos não designados	Valor de referência (nocional)		Valor justo	
	2018	2017	2018	2017
Tipo de contrato				
Contratos de <i>hedge</i>				
Posição ativa				
Dólar Fixo (dólar fixo para real CDI)	8.278	33.438	16.647	33.555
Euro variável para dólar fixo	23.738	-	20.974	-
Dólar variável para euro fixo	7.449	-	8.878	-
Posição passiva				
Real CDI (dólar fixo para real CDI)	8.278	33.438	(17.236)	(34.232)
Euro variável para dólar fixo	23.738	-	(20.672)	-
Dólar variável para euro fixo	7.449	-	(8.531)	-
Total dos contratos de <i>hedge</i>			<u>60</u>	<u>(677)</u>
Provisão de IR sobre ganhos <i>swap</i> /NDF			(97)	-
Total dos contratos de <i>swap</i> /NDF líquidos de IR			<u>(37)</u>	<u>(677)</u>
Classificados				
No ativo circulante			552	-
No passivo circulante			(589)	(677)
			<u>(37)</u>	<u>(677)</u>

A Companhia conta com instrumentos derivativos de *swap* e NDF (contrato a termo de dólar/euro). Para a ponta ativa do *swap*, atrelada a uma taxa fixa mais variação cambial do dólar/euro, é calculado o valor pela taxa contratual até o vencimento e depois descontado pela taxa de cupom cambial correspondente ao prazo restante, compreendido entre o vencimento e a data atual. Finalmente, o valor resultante deste cálculo é convertido pela taxa de câmbio atual.

Para a ponta passiva, que está atrelada a um determinado percentual de CDI, calcula-se o valor até o vencimento aplicando este percentual. Em seguida, desconta-se este resultado à taxa de 100% do CDI até a data atual.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Nas operações em NDF (contrato a termo de dólar/euro), uma taxa de câmbio futura é fixada. Para ponta ativa da NDF, o valor contratado em dólar é convertido pela taxa de câmbio do vencimento precificado pelo mercado. Posteriormente, esse valor é descontado por 100% do CDI até a data de vencimento. Para ponta passiva da NDF, o valor contratado em dólar é convertido pela taxa contratada. Após isso, esse valor é descontado por 100% do CDI até a data de vencimento.

Descrição	2018			2017		
	Valor Nocial	Valor Justo	Vencimentos	Valor Nocial	Valor Justo	Vencimentos
Contratos de "swap"						
Posição ativa						
Moeda estrangeira	628.863	604.160	Mar/19 Até Ago/23	448.023	531.952	Mar/18 Até Mai/20
Posição passiva						
Taxas (pós)	628.863	532.919		448.023	454.740	
Contratos de "NDF"						
Posição ativa						
Moeda estrangeira	31.187	29.852	Dez/18 Até Mai/20	-	-	-
Posição passiva						
Moeda estrangeira	31.187	29.203				

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão distribuídos entre as seguintes contrapartes:

Instituição	MRS Recebe	MRS Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocial Contratado (USD)	Valor Justo 2018 (R\$) Ativa	Valor Justo 2018 (R\$) Passiva	Resultado Bruto (R\$) Ativa – Passiva (*)
Contratos de swap								
Itau			05/out/18	26/mar/19	2.150	16.647	17.236	(589)
Banco MUFG	USD + 3,10%a.a.	100% até 108% do CDI	18/set/13	15/mar/19	75.000	96.852	56.739	40.113
Banco MUFG			24/mai/17	17/mai/20	75.000	288.945	248.168	40.777
Banco MUFG			27/ago/18	23/ago/23	50.000	201.716	210.776	(9.060)
Total					202.150	604.160	532.919	71.241

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Instituição	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal Contratado	Valor Justo (R\$) Ativa	Valor Justo (R\$) Passiva	Resultado Bruto (R\$) Ativa – Passiva (*)
Contratos de NDF						
Bradesco	17/out/18	17/abr/19	USD 2.000	8.878	8.531	347
Itau	04/mai/18	15/jan/19	EUR 5.413	20.974	20.672	302
Total				29.852	29.203	649

(*) Valores brutos de Imposto de Renda Retido na Fonte de R\$13.250, totalizando uma posição líquida de derivativos de R\$58.640.

Instrumentos financeiros não derivativos

A Companhia ao mensurar o valor justo de seus instrumentos financeiros, avalia o risco de crédito de suas contrapartes e o seu próprio risco de crédito.

23.1. Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- Nível 1: Instrumentos financeiros que possuem dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Instrumentos classificados como Nível 3 são os que possuem dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia, com saldo líquido a receber de R\$58.640 em 31 de dezembro de 2018, bem como os instrumentos financeiros associados ao caixa (incluindo caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito) foram classificados no Nível 2 para hierarquia de valor justo. Não existem instrumentos financeiros classificados no Nível 3 e Nível 1 na Companhia.

	2018		2017	
	Valor justo	Nível	Valor justo	Nível
Ativos (Passivos)				
Instrumentos financeiros derivativos ativos	83.031	2	75.518	2
Instrumentos financeiros derivativos passivos	(24.391)	2	(10.131)	2
Caixa e equivalentes de caixa	276.653	2	422.786	2
Caixa restrito	69.309	2	63.880	2

23.2. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Companhia também contrata transações com derivativos.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta administração supervisiona a gestão desses riscos e conta com o suporte de um comitê financeiro do Conselho de Administração, contribuindo assim, para a manutenção de uma estrutura de governança em riscos financeiros adequada para a Companhia.

O comitê financeiro recomenda ações à alta administração da Companhia para que as atividades em que se assumem riscos financeiros sejam regidas por políticas e procedimentos apropriados, e aprovadas pelo Conselho de Administração. Todas as atividades com derivativos têm por finalidade a gestão de risco, não havendo quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. A política para gestão de risco financeiro é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração.

O comitê financeiro revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, tendo como principal objetivo reduzir a diferença financeira ou econômica, inesperada, que possa impactar tanto o resultado da Companhia quanto o seu fluxo de caixa esperado. Como objetivo secundário, busca-se minimizar a probabilidade de: (i) exigência inesperada de captações adicionais de recursos; e (ii) que as métricas da MRS violem *covenants* financeiros já assumidos.

Como mecanismo central de gestão de riscos, os controles internos utilizados pela administração da Companhia estão concentrados no acompanhamento do percentual da dívida indexada em moeda estrangeira que se encontra protegida por instrumentos financeiros derivativos. Por esta razão, a maior parte da exposição ao risco cambial da Companhia tem sido coberta por contratos de *swap*.

Adicionalmente, a Companhia, não só acompanha o resultado dessas operações por meio do seu valor justo, como também traça cenários de deterioração das variáveis relevantes de mercado, avaliando situações de *stress* e respectivos impactos financeiros.

23.3. Política de utilização dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política a mitigação de sua exposição aos riscos de mercado, procurando reduzir o impacto financeiro de flutuações nas taxas de câmbio e de juros. Tal política é implementada através do acompanhamento estratégico da exposição de seus ativos e passivos a essas variáveis, conjuntamente com a contratação de operações de derivativos que permitam o controle dos riscos envolvidos.

As operações com derivativos, basicamente, se dão por meio de *swap* de taxa de câmbio versus percentual do CDI, todas contando com bancos de primeira linha como contraparte e envolvendo taxas prefixadas em moeda estrangeira, não existindo depósito de margem em garantia. Destaca-se que a totalidade das contratações de derivativos tem como finalidade a redução de exposição a riscos, não havendo posições especulativas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado****23.4. Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities* e de ações, entre outros, os quais são detalhados abaixo. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

(a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Companhia estar sujeita a perdas financeiras provocadas por alterações nas taxas de juros em que possui exposição.

A Companhia possui passivos relevantes atrelados a taxas de juros locais pós-fixadas como CDI, TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo e IPCA.

Os riscos associados ao CDI, à TJLP e ao IPCA são avaliados por análise de sensibilidade, na qual as taxas são aumentadas em 25% (cenário I) e 50% (cenário II) em relação às taxas do cenário provável elencado pela Companhia, utilizando a perspectiva de mercado para o fechamento de 2019, tendo como base o relatório de mercado FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 28 de dezembro de 2018 e a TJLP em 31 de dezembro de 2018.

Na tabela abaixo, é possível notar que, na data-base de 31 de dezembro de 2018, o aumento de 50% tanto do CDI quanto da TJLP (cenário II), representa uma perda próxima a 2,7% (3% em 2017) de aumento da Posição Passiva Líquida, aproximadamente, R\$47.055 (R\$41.304 em 2017), quando comparado ao cenário provável, motivo pelo qual a Companhia decidiu não utilizar instrumentos derivativos para minimizar esta exposição.

Em milhões de reais

	Base 2019	Provável	Cenário I	Cenário II
CDI	6,40%	7,17%	8,96%	10,76%
TJLP	7,03%	7,03%	8,79%	10,55%
TLP	6,96%	6,96%	8,70%	10,44%
IPCA	3,75%	3,68%	4,60%	5,52%
<u>Passivo</u>	1.473,3	1.537,9	1.558,3	1.578,2
Dívida em TJLP	244,5	246,2	251,0	255,1
Dívida em TLP	100,1	107,1	108,8	110,6
Dívida em CDI	410,6	440,1	447,4	454,8
Dívida em IPCA	718,1	744,5	751,1	757,7
<u>Ativo</u>	343,5	368,2	374,3	380,5
Aplicações	343,5	368,2	374,3	380,5
<u>Posição Líquida Descoberta</u>	1.129,8	1.169,7	1.184,0	1.197,7

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Valor contábil	
	2018	2017
Instrumentos de taxa pré fixada		
Passivos financeiros	1.035.181	1.151.042
Instrumentos de taxa pós fixada		
Ativos financeiros	345.962	486.666
Passivos financeiros	1.468.627	1.601.350

(b) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a uma moeda diferente de sua moeda funcional.

Em especial, sua exposição ao risco de moeda (risco cambial) concentra-se nas compras e empréstimos denominados, basicamente, em dólar norte-americano, que encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 com variação positiva em 17,12% (1,50% positiva em 31 de dezembro de 2017).

	2018	2017
Ativos em moeda estrangeira		
Importações em andamento	1.474	5.570
Adiantamento a fornecedores	-	550
Instrumentos financeiros de <i>swap</i> e NDF	634.012	531.952
	635.486	538.072
Passivos em moeda estrangeira		
Fornecedores	(25.127)	(43.906)
Empréstimos e financiamentos	(595.242)	(532.036)
	(620.369)	(575.942)
Exposição líquida	15.117	(37.870)

A seguir, apresentam-se as variações nos ativos e passivos da Companhia atrelados à taxa de câmbio, decorrentes da aplicação dos cenários de *stress*. Optou-se por manter a ponta ativa do *swap* separada, de modo a deixar o efeito dos derivativos mais evidente.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2018 e buscam simular, de que forma, um *stress* nas variáveis de risco pode afetar a Companhia. O primeiro passo foi a identificação dos principais fatores com potencial de gerar prejuízos nos resultados, que se resumiu à taxa de câmbio. A análise partiu de um cenário base, representado pelo valor contábil das operações, ou seja, considerando a taxa de venda de 31 de dezembro de 2018 e os juros acumulados no período. Adicionalmente, foram traçados três cenários, o provável, o II com deterioração de 25% e, o III, com deterioração de 50%, na variável de risco.

Para realizar a análise, a Companhia utiliza como premissa do cenário provável a taxa de câmbio do final de 2018 divulgada no Relatório Focus do dia 28 de dezembro de 2018. A partir da taxa de câmbio provável, são gerados os cenários de deterioração de 25% e 50% da variável de risco.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A tabela abaixo representa a análise de sensibilidade envolvendo o efeito líquido resultante destes choques nas taxas de câmbio para o ano de 2019.

Risco de apreciação do câmbio – 2019

R\$ milhões

Operação	Provável	Cenário I	Cenário II
<i>Hedge</i> - Ponta Ativa de <i>Swap</i>	(5,9)	152,7	305,6
Dívida em Moeda em US\$	5,7	(147,5)	(294,9)
Dívida em Moeda em EU\$	(0,1)	(2,2)	(4,3)
Risco líquido da operação no aumento do câmbio	(0,3)	3,0	6,4

	Exposição (R\$ milhões)	Exposição provável (R\$ milhões)	Real	Taxa esperada	Impacto	
					25%	50%
Ponta Ativa de <i>Swap</i> e NDR (US\$)	613,0	610,8	3,87	3,84	4,80	5,76
Dívida em Dólar	(595,2)	(589,5)	3,87	3,84	4,80	5,76
Ponta Passiva de NDF (EU\$)	(20,7)	(20,5)	3,87	3,84	4,80	5,76
Ponta Ativa de NDF (EU\$)	21,0	9,0	4,44	4,49	5,61	6,74
Ponta Passiva de NDF (US\$)	(8,5)	(8,6)	4,44	4,49	5,61	6,74

Estas transações estão primariamente denominadas em Real, Dólar e Euro.

23.5. Risco de crédito

Refere-se à possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	276.653	422.786
Caixa restrito	69.309	63.880
Contas a receber e outras contas a receber	539.309	480.659
Instrumentos financeiros derivativos – <i>swap</i>	83.031	75.518
Total	968.302	1.042.843

(i) Contas a receber

A Companhia possui suas contas a receber concentradas em alguns grandes clientes, que também são suas partes relacionadas (Nota 10), representando, em 31 de dezembro de 2018, 81,77% do contas a receber total (82,78% em 31 de dezembro de 2017).

Tais clientes demandam transporte de cargas consideradas “cativas” e possuem a mesma política de crédito, determinada nos respectivos contratos de prestação de serviços. Para estes clientes, o risco de crédito é relativamente baixo em função dos mecanismos mitigadores definidos em contrato de prestação de serviços.

Para os clientes com transporte de cargas não “cativas”, a Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua administração, que visam minimizar eventuais problemas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

decorrentes da inadimplência de seus clientes. Nestes casos, a Companhia exerce uma gestão diária de crédito e cobrança. Em caso de inadimplência, a cobrança é realizada com o envolvimento direto dos gestores responsáveis pelos contratos comerciais, podendo até mesmo acarretar na suspensão temporária da prestação do serviço.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

A Companhia está sujeita a risco de crédito associado às aplicações financeiras que realiza, tendo em vista o risco de insolvência das instituições na qual a Companhia mantém suas aplicações, que pode implicar na perda total ou parcial dos recursos aplicados. Em 31 de dezembro de 2018, o valor em exposição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$276.653 (R\$422.786 em 31 de dezembro de 2017), que estavam alocados em conta corrente ou em aplicações em CDB ou em operações compromissadas que possuíam compromisso formal de recompra pelas instituições financeiras.

O risco de crédito sobre caixa e equivalente de caixa é determinado por instrumentos de rating amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

	2018
AAA+	45.516
AA+	211.878
A ou A+	19.259
Total	276.653

23.6. Risco de liquidez

A operação da Companhia é intensa em capital e parte desse investimento é financiado por empréstimos e financiamentos. Esta alavancagem, conforme demonstrada no quadro abaixo, gera uma demanda por caixa, sendo certo que o investimento da Companhia possui elevada resiliência, ou seja, sendo possível ajustá-lo ao longo do exercício conforme a evolução dos negócios.

A posição atual de caixa da Companhia é considerada robusta e conta, ao longo do ano de 2019, com o reforço tanto da forte geração de caixa, quanto por novas captações de longo prazo, estando estes movimentos já direcionados internamente e estrategicamente distribuídos tanto no primeiro como no segundo semestre de 2019. Tais recursos farão frente a parte do montante estimado de investimentos para o ano.

A Companhia conta, atualmente, com linhas de financiamento de longo prazo já aprovadas junto a instituições financeiras relevantes. Entretanto, em virtude de posição de caixa considerada confortável e resiliente geração de caixa, a administração avalia internamente o melhor momento para tais captações.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2018 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Fluxo de Caixa não Descontado – 31 de dezembro de 2018					
	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos (Ativos) financeiros não derivativos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$)	374.178	170.957	772.360	1.223.602	476.561
Partes relacionadas	29.744	35.388	13.398	54.743	20.733
Fornecedores	218.909	-	21.766	-	-
Passivos (Ativos) financeiros derivativos					
Swaps utilizados para <i>hedge</i> (USD)	28.039	(6.431)	27.614	7.467	-
Fluxo de Caixa não Descontado – 31 de dezembro de 2017					
	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos (Ativos) financeiros não derivativos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$)	400.739	406.681	489.274	1.755.555	345.015
Partes relacionadas	19.785	18.038	14.571	-	-
Fornecedores	199.621	21.347	38.911	-	-
Passivos (Ativos) financeiros derivativos					
Swaps utilizados para <i>hedge</i> (USD)	(7.840)	(21.613)	(14.267)	(21.667)	-

Cabe ressaltar que os passivos financeiros não derivativos que contam com algum tipo de garantia estão discriminados na Nota 22. Os passivos financeiros derivativos não possuem nenhum tipo de garantia.

Gestão do capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente através do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital. A administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A dívida em relação ao capital no final do período é apresentada a seguir:

	2018	2017
Total do passivo	4.174.969	4.278.638
(-) Caixa e equivalente de caixa	276.653	422.786
(-) Caixa restrito	69.309	63.880
Dívida líquida	3.829.007	3.791.972
Total do patrimônio líquido	3.844.206	3.555.281
Relação da dívida sobre o capital	0,996	1,067

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2018**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

24. Dividendos a pagar

O Estatuto Social da Companhia assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido, conforme legislação societária.

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	521.616	461.250
Apropriação para reserva legal	(26.080)	(23.063)
Lucro líquido base para determinação dos dividendos	495.536	438.187
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	123.884	109.547
Dividendos a pagar de exercícios anteriores	113	95
Total dos dividendos a pagar	123.997	109.642

Em 14 de dezembro de 2018 foram pagos R\$219.094 de dividendos (2017 – R\$198.290), sendo R\$109.547 de dividendos mínimos obrigatórios e R\$109.546 referentes a dividendos adicionais aprovados em Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2018.

25. Concessão e arrendamento a pagar

	2018	2017
Concessão a pagar	6.677	6.395
Arrendamento a pagar	126.867	121.489
	133.544	127.884
Circulante	74.120	67.120
Não circulante	59.424	60.764

Referem-se ao reconhecimento das obrigações a pagar pela concessão e arrendamento incorridos até esta data. As obrigações do passivo circulante são registradas linearmente, pelo regime de competência e de acordo com os prazos do contrato (360 meses) tendo como contrapartida os custos dos serviços prestados. O valor registrado no passivo não circulante refere-se ao período de carência que foi apropriado no resultado de acordo com o regime de competência e está sendo liquidado em cada uma das parcelas pagas trimestralmente.

Os contratos de concessão e arrendamento preveem que para a exploração dos serviços de transporte ferroviário e arrendamento da malha e dos bens destinados à prestação desses serviços, a Companhia pagará o total em 116 parcelas trimestrais, vencíveis nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2018 restavam 31 parcelas trimestrais de R\$92.120, totalizando o montante de R\$2.855.720. Estes valores já incluem a capitalização dos juros contratuais de 10,99% ao ano e a atualização monetária até 31 de dezembro de 2018 com base no último índice contratual, IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna.

O fluxo de pagamentos futuros de concessão e arrendamento é como segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	2019	Em até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Concessão	18.402	92.011	32.373	142.786
Arrendamento	349.643	1.748.214	615.077	2.712.934
	368.045	1.840.225	647.450	2.855.720

Em janeiro de 2019, a Companhia efetuou o pagamento da 86ª parcela do arrendamento e da concessão, no montante de R\$92.120 (R\$87.514 e R\$4.606, respectivamente).

26. Tributos diferidos

Os saldos tributários diferidos registrados no ativo e passivo foram apurados sobre as diferenças temporárias e estão demonstrados a seguir:

	2018	2017
Ativo		
Provisão contingências	120.424	112.581
Provisões diversas	36.703	34.572
Provisão perda ativos	5.741	6.898
Provisão perda ICMS	8.874	10.574
Passivo plano de saúde	1.278	1.175
Outros	82	88
Total ativo	173.102	165.888
Passivo		
Depreciação	250.564	248.631
Depreciação acelerada vagões e locomotivas	74.282	95.423
Capitalização de juros	21.136	23.787
Instrumentos financeiros derivativos - swap	21.081	24.585
P&D depreciação acelerada 2008 / 2009 / 2012 Lei 11.196/05	4.146	5.666
Ganho passivo atuarial plano de saúde	2.673	3.010
Outros	315	355
Total passivo	374.197	401.457
Total líquido	201.095	235.569

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias estão previstos para serem compensados na medida da liquidação das contingências e demais adições temporárias dedutíveis.

O valor de R\$374.197 (R\$401.457 em 2017) referente ao passivo diferido contempla a parcela de desconstituição (amortização) dos ajustes decorrentes do RTT – Regime Tributário de

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Transição. Em virtude desses ajustes a Companhia constituiu IRPJ/CSLL diferido das diferenças entre o resultado societário e fiscal, no valor de R\$241.001, o qual está sendo desconstituído pelo prazo remanescente do contrato de concessão conforme regras prescritas nos artigos 69 da Lei 12.793/14 e 174 da Instrução Normativa RFB nº 1515/14.

O valor amortizado em 2018 foi de R\$20.224 (R\$20.224 em 2017), perfazendo um saldo de R\$160.105 em dezembro de 2018 (R\$180.329 em 2017).

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

	2018	2017
Em 1º Janeiro	235.569	270.185
Provisão contingências	(7.843)	(6.629)
Provisões diversas	(2.131)	(11.995)
Provisão plano de saúde	(103)	(87)
Provisão perda ativos	1.157	(898)
Provisão perda ICMS	1.700	-
Depreciação	1.933	3.042
Depreciação acelerada vagões e locomotivas	(21.141)	(13.951)
Capitalização de juros	(2.651)	(2.696)
Instrumentos financeiros derivativos - swap	(3.504)	874
Ganho passivo atuarial plano de saúde	(337)	(337)
P&D depreciação acelerada 2008/2009/2012 Lei 11.196/05	(1.520)	(1.895)
Outros	(34)	(44)
Em 31 de Dezembro	201.095	235.569

27. Provisões

As provisões estão compostas da seguinte forma:

		2018	2017
Provisões para contingências	27.1	349.730	326.662
Provisões para benefícios pós emprego	27.2	4.174	4.284
Provisão ILP (Incentivos de Longo Prazo)		16.894	15.587
Provisão para indenização/multas ao Poder Concedente	27.3	43.094	32.088
Outras provisões		33.649	27.044
		447.541	405.665
Circulante		40.840	30.589
Não circulante		406.701	375.076

27.1 Provisões para contingências

As provisões para contingências passivas, classificadas com risco de perda provável, estão registradas no passivo não circulante e estão compostas como segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Previdenciárias e trabalhistas (*)	Cíveis	Fiscais	Total de passivos provisionados
Em 31 de dezembro de 2016	113.091	74.219	124.313	311.623
Adições	54.677	2.233	890	57.800
Atualizações	11.095	9.750	2.680	23.525
Baixas por reversões ou pagamentos	(45.057)	(21.229)	-	(66.286)
Em 31 de dezembro de 2017	133.806	64.973	127.883	326.662
Adições	54.407	4.952	1.511	60.870
Atualizações	5.306	5.090	2.213	12.609
Baixas por reversões ou pagamentos	(37.935)	(6.137)	(6.339)	(50.411)
Em 31 de dezembro de 2018	155.584	68.878	125.268	349.730

(*) R\$149.724 relativos aos processos de natureza trabalhista e R\$5.860 relativo à provisão de Notificação Fiscal de Lançamento de Débito ("NFLD") para exigência de contribuições sociais devidas ao INSS, concernentes ao adicional do SAT.

Considerando os depósitos e bloqueios realizados no decorrer do processo, e que ainda encontram-se pendentes, o impacto futuro esperado em caixa está composto como segue:

		2018				
		Quantidade de ações (*)	Valor envolvido	Provisão (**)	Depósitos	Valor líquido
Previdenciárias e trabalhistas	(a)	1.699	438.797	155.584	(61.604)	93.980
Cíveis	(b)	1.056	574.217	68.878	(24.308)	44.570
Fiscais	(c)	204	578.929	125.268	(26.031)	99.237
Ambientais	(d)	14	16.548	-	(2.231)	(2.231)
Outras	(e)	7	-	-	-	-
		2.980	1.608.491	349.730	(114.174)	235.556

(*) Quantidade de ações relativas aos processos classificados com estimativa de perda possível e provável.

(**) Esse montante não incluiu as contingências de responsabilidade da RFFSA, dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme Edital de Desestatização, item 7.2.

(a) Previdenciárias e trabalhistas

As ações previdenciárias e trabalhistas pleiteiam, em sua maioria, a cobrança de horas extraordinárias, parcelas indenizatórias, adicional noturno, intervalo intrajornada, equiparação salarial e adicionais de periculosidade e insalubridade.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor total das causas trabalhistas, classificadas com prognóstico de perda possível ou provável, era de R\$438.797 (R\$430.314 em 31 de dezembro de 2017). Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia tem provisionado R\$155.584 para 941 processos (R\$133.806 em 31 de dezembro de 2017), considerando a perspectiva de perda provável naquelas ações.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A adição no valor de R\$54.407 deve-se, principalmente, às mudanças de prognóstico, aos resultados dos cálculos decorrentes de decisões condenatórias ou modificativas proferidas durante o período e ao aumento da quantidade de reclamações trabalhistas provisionadas. Sendo que a maior adição por processo foi no valor de R\$7.506.

Da mesma forma, as baixas de provisão no período perfazem um total de R\$37.935, dos quais o valor de R\$33.263 se refere às reduções por mudanças de prognóstico e o valor de R\$4.672 a baixa de provisões.

Outrossim, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Companhia possui uma contingência de R\$154.647 para 758 processos com estimativa de perda possível, os quais não possuem valores constituídos de provisão.

(b) Cíveis

Atualmente, na esfera cível, a Companhia é parte em 1.056 ações, onde figura como ré em 961 e como autora/confrontante/interessada em 95.

As ações em que a Companhia figura como ré, versam, em sua maioria, sobre responsabilidade civil por acidentes ferroviários; paralisação de tráfego ferroviário em Conselheiro Lafaiete (MG); legalidade da cobrança por interferências de terceiros em áreas de faixa de domínio; contratos de concessão e arrendamento, Ações Cíveis Públicas e ações envolvendo o Clube de Investimento dos Ferroviários da Malha Sudeste – SUDFER. O valor total envolvido nas referidas ações, em 31 de dezembro de 2018, era de R\$516.864, (R\$454.137 em 31 de dezembro de 2017). Seguindo o entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia possui provisão de R\$68.470, (R\$64.846 em dezembro de 2017), referente ao valor estimado das causas com probabilidade de perda provável.

As ações em que a Companhia figura como autora/confrontante/interessada, versam, em sua maioria, sobre responsabilidade contratual, ações de cobrança pelo uso da faixa de domínio, usucapião e reintegração de posse. O valor total envolvido nas referidas ações, em 31 de dezembro de 2018, era de R\$57.353 (R\$36.573 em 31 de dezembro de 2017). Seguindo o entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia possui provisão de R\$408, (R\$127 em dezembro de 2017), de uma causa com probabilidade de perda provável em que, embora a MRS seja autora, também é ré/reconvinda.

A adição no valor de R\$4.952 é decorrente, principalmente, de decisões condenatórias modificativas do valor originalmente provisionado proferido durante o período. A maior adição por processo foi no valor de R\$575.

Foram realizadas baixas de provisão no período, totalizando R\$6.137, decorrentes de alterações de valores provisionados em razão de decisões modificativas proferidas posteriormente à constituição das provisões. A maior baixa foi no valor de R\$1.199.

A Companhia é parte em 978 processos para os quais, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não constitui provisão, uma vez que o prognóstico de perda foi classificado como possível. O valor das contingências com prognóstico de perda possível é de R\$503.178 em 31 de dezembro de 2018 e se refere, principalmente, a ações de indenização decorrentes de acidentes ferroviários.

A Companhia possui seguro com cobertura de danos corporais, danos materiais, morais e prejuízos causados a terceiros, cujo valor da franquia é atualmente de R\$750 por sinistro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(c) Fiscais

A Companhia é parte em 204 processos judiciais e administrativos de natureza tributária, sendo 19 ações de recuperação de tributos e 185 ações com risco possível ou provável de saída de recursos.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor total dessas 185 ações era de R\$578.929. Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia tem provisionado o valor de R\$125.268, referente a 9 processos considerando a perspectiva de perda provável.

A composição das provisões fiscais com prognóstico de perda provável está composta conforme a seguir:

- ICMS – Os valores de R\$71.746 e R\$51.136 referem-se a processos em que se discute o aproveitamento de créditos de ICMS, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente, pela aquisição de bens classificados pela Companhia como insumos ou integrantes do ativo permanente, glosados pela fiscalização estadual.
- Execução fiscal para cobrança de débitos de IRPJ no valor de R\$853, extintos por compensação.
- Ação anulatória de débitos incluídos de ofício pela autoridade fiscal no REFIS da Crise instituído pela Lei nº 11.941/09, na modalidade de “Parcelamento de saldos remanescentes dos programas REFIS, PAES, PAEX e Parcelamentos Ordinários”, no valor de R\$1.533.

Foram realizadas baixas de provisão no período, totalizando R\$6.339, decorrentes principalmente do encerramento das ações que tinham por objeto (i) o questionamento quanto à incidência de PIS e COFINS sobre a importação de bens (trilhos e locomotivas), decorrentes do direito ao enquadramento da Companhia dentre os beneficiários do REPORTE (importação com a suspensão do PIS e da COFINS) e (ii) multa administrativa aplicada por ausência de licença prévia para realização de obras na linha férrea, no Município de Barra Mansa.

A Companhia é parte em outros 176 processos para os quais, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis. O valor de R\$175.527 refere-se a ações que versam, em sua maioria, sobre:

- IPTU imunidade recíproca. R\$40.180, referem-se a processos administrativos e judiciais relativos à cobrança indevida de IPTU sobre imóveis operacionais, objeto do contrato de concessão, cedidos à Companhia pela União Federal para prestação do serviço de transporte.
- PIS e COFINS tráfego mútuo: R\$17.268, referem-se a exigência do PIS e da COFINS sobre o ingresso de valores a título de tráfego mútuo no caixa da Companhia e, ato contínuo, transferidos a terceiros (receita de outra concessionária).
- PIS e COFINS variação cambial: R\$31.493, referem-se a exclusão dos valores decorrentes de variação cambial da base de cálculo do PIS e da COFINS.
- Não homologação de compensações e desconsideração de pagamentos: R\$73.950
- Multa isolada por não homologação de compensações: R\$4.454

(d) Ambientais

A Companhia é parte em 14 ações cujo objeto versa sobre matéria ambiental. Em 31 de dezembro de 2018, o valor total envolvido nas referidas ações judiciais era de R\$16.548. O prognóstico de perda de todos os processos é considerado ‘possível’ pelos consultores jurídicos, não sendo, portanto, objeto de provisão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado****(e) Outras**

A Companhia tem 7 Termos de Ajustamento de Conduta (TAC's) firmados e vigentes, sendo 2 decorrentes de matéria trabalhista, 3 de matéria cível e 1 de matéria ambiental. Os TACs de matéria trabalhista visam (i) garantir aos dirigentes sindicais o pleno exercício das atividades que tem por objeto a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria profissional e (ii) o preenchimento do percentual de empregados com deficiências estabelecido pelo art. 93 da Lei 8.213/91. Na área cível, temos 5 TACs (i) no município de Guarujá versando sobre melhorias da sinalização de segurança, regularização de área da faixa de domínio e disponibilização de caçamba para resíduos, (ii) no município de Santos Dumond para instalação de janelas acústicas no Fórum da localidade, (iii) no município de Santo André, para reformas de imóveis dentro do pátio ferroviário de Paranapiacaba, (iv) no município de Congonhas, para a construção de viaduto no Bairro do Pires e (v) no município de Resende para reforma da Estação de Engenheiro Passos.

27.2 Provisões para benefícios pós emprego

	2018	2017
Plano de previdência complementar	18	50
Plano de assistência médica	4.156	4.234
	4.174	4.284

Plano de previdência complementar

A Companhia patrocina plano de previdência complementar aos colaboradores por intermédio de um plano de previdência administrado pela Bradesco Vida e Previdência. O plano de previdência complementar, criado em 01 de julho de 1999, é elegível para todos os colaboradores da MRS a partir da data de criação do plano. O plano é de contribuição definida e a Companhia não tem obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. O custeio é paritário de modo que a parcela da Companhia equivale a 100% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas salariais.

O plano requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. Os ativos do plano são mantidos por uma entidade aberta de previdência complementar, não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia.

As contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R\$7.110 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$7.197 em 2017), as quais foram registradas como despesa do exercício.

Em 31 de dezembro de 2018, existiam passivos em nome da Companhia, decorrentes do plano de previdência complementar no valor de R\$18 (R\$50 em 2017), os quais foram devidamente provisionados e estão registrados no passivo não circulante.

Plano de assistência médica

A Companhia mantém um plano de assistência médica pós-emprego para um grupo determinado de ex-colaboradores e respectivos cônjuges administrado junto à Seguradora Bradesco Saúde. O plano tem como política a participação parcial de cada colaborador (contribuições fixas mensais), através do modelo de pós-pagamento. Em função da adoção desta política, a extensão deste benefício está garantida ao colaborador e seu grupo familiar após a demissão e aposentadoria (período pós-emprego) conforme os artigos nº. 30 e 31 da Lei 9.656/98, respectivamente, e a Resolução Normativa RN nº 279 de 24 de novembro de 2011.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

A Companhia oferece também um plano de pós-pagamento administrado pela Unimed Juiz de Fora. Entretanto, não há usuários aposentados ou demitidos durante o período pós-emprego e a expectativa de adesão dos futuros usuários aposentados é nula.

Em 31 de dezembro de 2018, o plano contava com 16.937 vidas na Bradesco Saúde e 649 na Unimed Juiz de Fora, totalizando 17.586 vidas.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido como Ajuste de Avaliação Patrimonial e na Demonstração do Resultado Abrangente, conforme determina o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

As contribuições realizadas pela Companhia ao plano de assistência médica administrado pela Bradesco Saúde S.A e Unimed totalizaram R\$39.290 em 31 de dezembro de 2018 (R\$35.632 em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de dezembro de 2018, existiam passivos atuariais em nome da Companhia, decorrentes do plano de saúde no valor de R\$4.156 (R\$4.234 em 2017), os quais foram devidamente provisionados no passivo não circulante.

a. Conciliação do passivo atuarial líquido reconhecido no balanço patrimonial:

	2018	2017
Passivo atuarial líquido em 1º de janeiro	4.234	3.566
Despesa reconhecida no exercício	583	268
Ganho nas obrigações	(661)	400
Passivo atuarial em 31 de dezembro	4.156	4.234

b. Movimentação do passivo atuarial:

	2018	2017
Passivo atuarial no início do exercício	4.234	3.566
Custo do serviço corrente	146	132
Juros sobre a obrigação atuarial	438	396
Benefício pago diretamente ao plano	(259)	(260)
Ganho - redimensionamento do custo incluído em outros resultados abrangentes	(403)	400
Passivo atuarial em 31 de dezembro	4.156	4.234

c. Despesa a ser reconhecida na demonstração do resultado do próximo exercício:

	2019
Custo do serviço corrente	45
Juros sobre as obrigações atuariais	368
Total da despesa a ser reconhecida	413

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

d. Premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial:

Taxa de desconto	5,20% a.a.
Inflação de longo prazo	3,75% a.a.
Inflação médica (HCCTR)	3,25% a.a.
Fator de envelhecimento	De 0 a 24 anos: 1,5% a.a. De 25 a 54 anos: 2,5% a.a. De 55 a 79 anos: 4,5% a.a. Acima de 80 anos: 2,5% a.a.
Tábua de mortalidade geral	AT-2000

Seguro de vida

Os funcionários participam de seguro de vida em grupo garantido pela SulAmérica Seguros. Em 2018, a Companhia contribuiu com R\$694 (R\$721 em 2017) com seguro de vida de seus funcionários.

27.3 Provisão para indenização/multas ao Poder Concedente

O valor de R\$43.094 (R\$32.088 em 2017) é referente a provisão de processos em curso junto ao Poder Concedente, decorrentes do resultado do diagnóstico de saneamento e regularização dos imóveis patrimoniais, além de alguns processos administrativos e penalidades em curso junto a ANTT, com prognóstico de perda provável. O aumento de R\$11.006 em relação ao saldo provisionado em 2017 deve-se a revisão do diagnóstico de saneamento e atualização dos valores envolvidos.

28. Arrendamento mercantil financeiro

	2018	2017
Equipamentos de informática e eletrônicos	29.728	14.633
	29.728	14.633
Circulante	11.124	4.500
Não circulante	18.604	10.133

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro assinados em 2016, 2017 e 2018 estão relacionados com as compras de equipamentos de informática e eletrônicos, incluindo *software*. Os referidos contratos possuem opção de compra ao término de suas vigências.

O valor presente e futuros pagamentos mínimos está distribuído conforme demonstrado abaixo:

Anos	Valor presente	Valor futuro
2018	11.124	13.140
2019 a 2022	18.604	19.854
	29.728	32.994

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

O fluxo de amortização dos contratos de arrendamento mercantil financeiro não circulantes é como segue:

	2020	2021	Total
Arrendamento mercantil financeiro	<u>12.106</u>	<u>6.498</u>	<u>18.604</u>
	<u>12.106</u>	<u>6.498</u>	<u>18.604</u>

29. Outras obrigações

	2018	2017
Receita diferida com partes relacionadas 10 (d)	89.753	-
Receita diferida	11.190	8.809
Outras obrigações a pagar	<u>12.339</u>	<u>6.149</u>
	<u>113.282</u>	<u>14.958</u>
Circulante	33.695	11.922
Não circulante	79.587	3.036

30. Patrimônio líquido**(a) Capital subscrito e integralizado**

O capital subscrito e integralizado, no montante de R\$1.718.440 (R\$1.597.362 em 2017), está dividido em 340.000.000 ações escriturais sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais classes "A" e "B".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o capital autorizado é de R\$2.500.000.

De acordo com o Edital de Desestatização e o Estatuto Social da MRS, nenhum acionista pode deter participação societária superior a 20% do capital votante. Se este limite for ultrapassado, por determinação da ANTT, o acionista renunciará ao direito de voto e de veto inerente às ações que ultrapassarem este limite.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 21 de março de 2018, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$121.078 utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores.

Em 31 de dezembro de 2018, a participação no capital social da Companhia era conforme segue:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2018**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Capital Total	
	Nº de ações	%	Nº de ações	%	Nº de ações	%
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	37.666.526	20,00%	74.301.916	48,99%	111.968.442	32,93%
Companhia Siderúrgica Nacional	26.611.282	14,13%	36.765.916	24,24%	63.377.198	18,64%
CSN Mineração S.A.	25.802.872	13,70%	37.536.000	24,75%	63.338.872	18,63%
Usiminas Participações e Logística S.A.	37.513.650	19,92%	342.805	0,23%	37.856.455	11,13%
Vale S.A.	36.270.703	19,26%	769.304	0,51%	37.040.007	10,89%
Gerdau S.A.	4.460.128	2,37%	-	-	4.460.128	1,31%
Railvest Investments	14.747.620	7,83%	-	-	14.747.620	4,34%
Minoritários	5.259.906	2,79%	1.951.372	1,28%	7.211.278	2,13%
	188.332.687	100,00%	151.667.313	100,00%	340.000.000	100,00%

(b) Direito das ações

Os detentores das ações ordinárias terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais; os de ações preferenciais (classes A e B) terão direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, não terão direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

As preferenciais da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no Estatuto Social.

Embora sem direito de voto, as ações preferenciais classe B terão direito de eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração, enquanto representarem um mínimo de 25% da totalidade do capital social.

(c) Reserva de lucros – reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018, após constituição de R\$26.080 sobre o lucro acumulado do exercício, o saldo da Reserva Legal passou a ser de R\$295.365 (R\$269.285 em 2017).

(d) Reserva de lucros – reserva para investimentos

A administração propôs a retenção dos lucros acumulados remanescentes para expansão no valor de R\$371.652, visando o suprimento de recursos necessários ao cumprimento do orçamento de investimentos de capital da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da Reserva para Investimentos era de R\$1.621.941 (R\$1.449.155 em 2017).

(e) Dividendo adicional proposto

Não houve declaração pela administração de valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2017, a parcela de R\$109.546 referente ao valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório foi registrada no patrimônio líquido como “Dividendo adicional proposto”.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(f) Ajustes de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial refere-se aos ganhos atuariais do plano de saúde, apurados em conformidade com o CPC 33 (R1).

	<u>Ganhos atuariais</u>	<u>IRPJ/CSLL</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2017	11.865	(3.010)	8.855
Baixas	402	338	740
Em 31 de dezembro de 2018	12.267	(2.672)	9.595

31. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em milhares de reais, exceto valores por ação):

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Numerador		
Lucro líquido do exercício	521.616	461.250
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias	188.333	188.333
Média ponderada de ações preferenciais - A	82.076	82.076
Média ponderada de ações preferenciais - B	69.591	69.591
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Média ponderada de ações preferenciais ajustadas (lucro básico)	166.834	166.834
Média ponderada de ações preferenciais ajustadas (lucro diluído)	90.284	90.284
Denominador para lucros básicos por ação	355.167	355.167
Denominador para lucros diluídos por ação	348.208	348.208
Lucro básico por ação ordinária	1,47	1,30
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Lucro básico por ação preferencial - A	1,62	1,43
Lucro básico por ação preferencial - B	1,62	1,43
Lucro diluído por ação ordinária	1,50	1,32
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Lucro diluído por ação preferencial - A	1,65	1,46
Lucro diluído por ação preferencial - B	1,65	1,46

MRS Logística S.A.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2018**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

32. Receita líquida de serviços

	2018	2017
Receita bruta de serviços	4.083.553	3.870.294
Impostos sobre vendas	(357.105)	(377.489)
Receita líquida de serviços	3.726.448	3.492.805

(*) O Projeto de Lei nº 8.456/2017 promove o retorno da oneração da folha de pagamento a partir de 2018.

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas.

Os contratos de prestação de serviços com os clientes estabelecem os preços e as previsões de toneladas a serem transportadas durante o período de vigência. A receita é reconhecida conforme mencionado na nota explicativa 4.20.

33. Despesas por natureza

	2018	2017
Combustíveis/lubrificantes	(582.781)	(514.095)
Depreciação/amortização	(604.586)	(566.858)
Mão de obra de encargos sociais (*)	(647.554)	(571.603)
Custo da concessão/arrendamento	(322.417)	(304.333)
Serviços de terceiros	(253.571)	(251.125)
Insumos/outros materiais	(152.383)	(147.905)
Crédito presumido ICMS MG	69.875	61.447
Partilhas de fretes	(102.358)	(99.091)
Provisão de perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.311)	(200)
Custos acessórios de transporte	(25.594)	(25.290)
Aluguel veículos e equipamentos operacionais	(15.247)	(15.007)
Despesas com seguro	(9.956)	(9.989)
Honorários da administração	(4.680)	(3.816)
Outros	(51.243)	(67.281)
	(2.703.806)	(2.515.146)
Custo dos serviços prestados	(2.476.486)	(2.307.108)
Despesas com vendas	(14.510)	(11.700)
Despesas gerais e administrativas	(212.810)	(196.338)
	(2.703.806)	(2.515.146)

(*) O aumento deve-se, principalmente, ao retorno da oneração da folha de pagamento (INSS) a partir de 2018, promovido pelo Projeto de Lei nº 8.456/2017.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

34. Outras receitas e outras despesas operacionais		2018	2017
<u>Outras receitas operacionais</u>			
Receitas alternativas		26.948	23.510
Venda de materiais (sucata/excesso estoque)		24.804	19.592
Multas contratuais (a)	10 (g)	17.823	39.957
Seguros		4.174	2.745
Receita na venda de imobilizado	9 (f)	411	83.662
Reversão de provisão para perda de ativos	12 e 16	3.404	166
Reversão de provisão para perda de créditos de ICMS	13 (a)	5.000	-
Valores a receber de indenização	11	10.028	-
Outras receitas		7.232	13.502
		99.824	183.134
<u>Outras despesas operacionais</u>			
Provisão para perda de ativos não circulantes	16	-	(4.757)
Provisões para contingências	27.1	(10.647)	(4.943)
Provisões multas/indenizações Poder Concedente	27.3	(11.006)	(31.673)
Outras provisões passivas	27	(7.563)	238
Perda de créditos tributários		(35.769)	(46.235)
Impostos sobre vendas e outras receitas		(8.440)	(9.243)
Demais despesas tributárias		(14.961)	(10.930)
Execuções por perdas processuais		(36.378)	(26.856)
Custo das receitas alternativas		(5.123)	(2.720)
Convênio com municípios		(5.489)	(6.402)
Custo na venda de materiais (sucata/excesso estoque)		(6.335)	(2.407)
Doações		(137)	(3.407)
Baixa de ativo imobilizado	16	(13.554)	(52.509)
Ajuste/baixa de estoque		(4.200)	(10.131)
Despesas patrocínio (Incentivos fiscais)		(11.562)	(8.493)
Indenizações ao Poder Concedente		(2.247)	(3.972)
Baixa de projetos de investimento	16	(4.351)	(23.868)
Outras despesas		(6.072)	(9.939)
		(183.834)	(258.247)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		(84.010)	(75.113)

(a) Do valor de R\$17.823, o valor de R\$12.822 refere-se a indenização do termo aditivo mencionado na nota explicativa 10 (g).

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

35. Receitas e despesas financeiras

		<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Receitas financeiras</u>			
Variação cambial e monetária		146.109	58.946
Ajuste de marcação a mercado - <i>hedge accounting</i>	23	-	257
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>		64.059	-
Rendimentos s/ aplicações financeiras		25.778	36.467
Juros		146	4.138
Ajuste a valor presente de contas a receber de partes relacionadas	10 (f) e (g)	31.405	22.035
Outras receitas financeiras		3.238	8.579
		<u>270.735</u>	<u>130.422</u>
<u>Despesas financeiras</u>			
Variação cambial e monetária		(250.503)	(101.786)
Juros		(146.319)	(169.892)
Ajuste de marcação a mercado - <i>hedge accounting</i>	23	(4.819)	-
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>		-	(18.083)
Outras despesas financeiras		(23.350)	(27.956)
		<u>(424.991)</u>	<u>(317.717)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(154.256)</u>	<u>(187.295)</u>

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

36. Tributos sobre o lucro

	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	784.376	715.251
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ/CSLL pela alíquota nominal:	266.810	243.185
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:	(4.050)	10.816
Ajuste de estoque	2.159	3.484
Despesas com doações	(5)	1.954
Perda com investimento audiovisual	59	109
Despesa com projeto empresa cidadã	307	408
Incentivos fiscais	(18.015)	(14.067)
Baixa de títulos indedutíveis	-	1.009
Baixa de projetos de investimento	1.479	8.115
Perdas de crédito de ICMS	-	2.199
Outros	9.966	7.605
IRPJ/CSLL no resultado do exercício	262.760	254.001
Corrente	296.896	288.279
Diferido	(34.136)	(34.278)
IRPJ/CSLL no resultado do exercício	262.760	254.001
Alíquota fiscal efetiva total	33,48%	35,51%
Alíquota fiscal efetiva total – correntes	37,83%	40,30%
Alíquota fiscal efetiva total – diferidos	-4,35%	-4,79%

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

37. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa

37.1 Venda de imobilizado

Na demonstração dos fluxos de caixa, o resultado da venda de imobilizado compreende:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Valor contábil líquido	4	43.044
Lucro (prejuízo) da alienação de imobilizado	<u>407</u>	<u>40.618</u>
Valores recebidos na alienação de imobilizado	<u>411</u>	<u>83.662</u>

37.2 Atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Aquisição de imobilizado sem desembolso de caixa	29.041	26.202
Arrendamento mercantil para aquisição de imobilizado	<u>20.151</u>	<u>16.883</u>
	<u>49.192</u>	<u>43.085</u>

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

37.3 Conciliação de passivos resultantes de atividades de financiamento

	Empréstimos bancários	Debêntures	Arrendamento financeiro	Total	Instrumentos financeiros	Dívida total
Empréstimos e financiamentos 31/12/2017	1.535.294	1.178.902	14.633	2.728.829	(65.387)	2.663.442
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	(294.139)	(187.661)	(6.694)	(488.494)	65.136	(423.358)
Novas captações	307.063	-	-	307.063	-	307.063
Pagamentos do principal	(542.068)	(109.419)	(5.798)	(657.285)	65.136	(592.149)
Pagamento de juros	(57.904)	(78.324)	(896)	(137.124)	-	(137.124)
Custo da transação	(1.230)	82	-	(1.149)	-	(1.149)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	136.075	108.654	21.789	266.519	(58.389)	208.130
Aquisição/novos arrendamentos	-	-	20.151	20.151	-	20.151
Transferências para o curto prazo	75.605	-	-	75.605	-	75.605
Variação cambial	60.470	108.654	-	169.124	(58.389)	110.735
Alteração no valor justo	-	-	1.639	1.639	-	1.639
Empréstimos e financiamentos 31/12/2018	1.377.230	1.099.895	29.729	2.506.854	(58.640)	2.448.214

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

38. Seguros

A Companhia possui as seguintes apólices de seguros para suas operações:

Cobertura	Finalidade	Vencimento	LMI	Franquia
Risco operacional	Cobertura do patrimônio operacional de propriedade da empresa ou sob sua responsabilidade	30 de setembro de 2019	205.300	5.000
Responsabilidade civil	Cobertura contra danos causados a terceiros	9 de fevereiro de 2020	30.000	750
Transporte de cargas	Cobertura de sinistros com cargas em transporte	31 de outubro de 2019	45.000	200

Observações:

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, e, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes.

39. Eventos subsequentes

Reunião do Conselho de Administração

De acordo com a lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. A Companhia atingiu esse limite em 31 de dezembro de 2018 e em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 20 de março de 2019, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$198.866 utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores.

Rompimento da barragem pertencente a Vale S.A.

No dia 25 de Janeiro de 2019 ocorreu o rompimento da barragem pertencente a Vale S.A na Mina Feijão, em Brumadinho, Minas Gerais. Havia uma composição da MRS no pátio do terminal de carregamento e as perdas materiais se limitaram a 2 locomotivas e 138 vagões. Em 30 de Janeiro de 2019 a agência de classificação de riscos *Fitch Ratings* reafirmou o *Rating* nacional da MRS em AAA(bra). A agência destacou que o evento “não deve alterar significativamente a qualidade de crédito da MRS Logística”.

MRS Logística S.A.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2018**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Administração: Conselheiros e Diretores

Conselho de Administração

Luis Fernando Barbosa Martinez
Presidente

Alejandro Daniel Laiño
Carlos Eduardo Rispoli Quartieri
Carlos Hector Rezzonico
Elder Rapachi
Enéas Garcia Diniz
Fernando César Paim
Giane Luza Zimmer Freitas
Pedro Gutemberg Quariguasi Netto
Sonia Zagury

Membros da Diretoria Executiva

Guilherme Segalla de Mello
Diretor Presidente, Comercial e de Operações

Alexandre Claro Fleischhauer
Diretor de Engenharia e de Manutenção

Félix Lopez Cid
Diretor de Recursos Humanos

Fabírcia Gomes de Souza
Diretora de Finanças e de Desenvolvimento

Demais Diretores não integrantes da Diretoria Executiva

Daniel Dias Olivio
Henrique Rocha Martins
Luiz Gustavo Bambini de Assis